

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

WILLIAMS PORTELA LIMA

**A liberalização do comércio internacional e o seu impacto sobre o Mercado de
trabalho norte-rio-grandense na década de 1990.**

Natal/RN 2006

WILLIAMS PORTELA LIMA

A liberalização do comércio internacional e o seu impacto sobre o Mercado de trabalho norte-rio-grandense na década de 1990.

Monografia apresentada ao Departamento de História / CCHLA/UFRN

Sob a orientação do prof. Dr. Helder Viana

Natal/RN 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

WILLIAMS PORTELA LIMA

A liberalização do comércio internacional e o seu impacto sobre o Mercado de
trabalho norte-rio-grandense na década de 1990.

Aprovado em de de

Banca Examinadora:

Professor orientador: Dr. Helder Viana

Instituição:

Professor (a)

Instituição:

Professor (a)

Instituição:

O desempenho deste trabalho foi possível graças ao companheirismo da Neuza Kolling, das minhas irmãs Ana Cláudia Portela, Ana Cristina Portela, Ana Clésia Portela, que sempre acreditaram na minha pessoa.



A verdadeira força motriz e geradora da liberdade, o verdadeiro meio de resistência às arbitrariedades do poder, a única força criadora das revoluções está na ação popular, na ação direta das massas, na educação e organização dos indivíduos, no esforço e iniciativa de cada um e de todos”.

(Neno Vasco, 1923)



Mist. do pensamento econômico
políticas econômicas
ou políticas públicas (Estado)

em história econômica } Hobsbawm
A. Parente
F. Brandel

RESUMO

Keynes
Galbraith

LIMA, Williams Portela. A liberalização do comércio internacional e o seu impacto sobre o mercado de trabalho norte-rio-grandense na década de 1990. 2006, Monografia (graduação de História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Este trabalho será desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, tratando o problema da internacionalização do comércio e do mercado de trabalho e suas conseqüências para economia e a empregabilidade da mão-de-obra norte-rio-grandense. O procedimento metodológico escolhido foi o estudo do caso da abertura do comércio internacional e o comportamento do mercado de trabalho norte-rio-grandense, que se mostrou como campo fértil para investigação de diversos problemas relacionados à política econômica e à geração do emprego e da renda no mercado de trabalho potiguar na década de 1990. Confrontado os dados sociais com os dados econômicos da década de 1990, percebe-se que a lógica neoliberal acertou no que pregou a respeito ao aumento da produtividade potiguar através dos baixos custos e da qualificação profissional, porém pecou quanto ao aumento do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte. Na verdade, o que aconteceu foi um aprofundamento da tradicional concentração das riquezas nas mãos, aproximadamente de 10% da população do Brasil a chamada elite produtiva. A grande dificuldade governamental norte-rio-grandense foi pôr em prática um equilíbrio entre a política econômica e a política social, os governos norte-rio-grandenses de caráter neoliberal favoreceram as classes que detiveram o domínio de investimentos econômicos, fugindo, desta forma, da função política de gerir o bem-estar social, porém, aparentemente eles defenderam os interesses da classe economicamente dominante. Neste contexto, o mercado potiguar aumentou sua produtividade e aqueceu as suas exportações, ficou bem claro o avanço econômico da década de 1990, porém, o que se questionou foi o pequeno e precário avanço social diante da redução de custos e dos preços em prol da competitividade e controle flexível dos direitos trabalhistas.

Palavras chave: Internacionalização comercial do mercado de trabalho potiguar.

no há uma problemática histórica / historiografia

infiltrados

Acadagem

CS

revisar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Capítulo 1. MUDANÇAS DO PENSAMENTO E DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL.....	10
1.1 adoção do pensamento liberal na sociedade recente.....	10
1.2. Liberalização da política econômica brasileira.....	12
1.3 Desregulamentação do trabalho no âmbito neoliberal.....	14
Capítulo 2. ESTRUTURAÇÃO E RELAÇÃO DO TRABALHO EMPREGO.....	20
2.1. Emprego.....	20
2.2. Intervenção externa.....	21
2.3. O processo de qualificação do trabalho.....	23
2.4. Os problemas com o custo e a flexibilização da mão - de-obra.....	25
2.5 . O desenvolvimento tecnológico recente e a financeirização.....	32
Capítulo 3. AS NOVAS FORMAS PRODUTIVAS E TAMBÉM AS NOVAS REESTRUTURAÇÕES DA ECONOMIA POTIGUAR.....	38
3.1. <u>Carcinicultura</u>	39
3.2. Turismo.....	43
3.3. Fruticultura.....	49
3.4. Petróleo.....	55
3.5. A empregabilidade no Rio Grande do Norte	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO

Essa monografia tem como objetivo de analisar os reflexos da liberalização comercial sobre a política de geração de emprego e renda nos anos 90, no estado do Rio Grande Norte. Para isso será analisado o papel das forças governamentais no contexto dessa nova ordem econômica. A análise desempenhada tomará como referência a experiência da liberalização comercial e seus aspectos envolventes, sobre os prós e os contras da abertura do comércio internacional, e, sobretudo o impacto refletido no nível de emprego e suas polêmicas. O argumento mais simplificado mostra que importação significa deixar de gerar empregos internamente para gerá-los no exterior. Entretanto, para que se possam entender corretamente as relações entre abertura comercial e a geração de emprego é preciso ultrapassar esse senso comum.

A análise partirá dos aspectos das políticas macroeconômicas, uma vez que ela orienta as relações de produção e a geração de empregos no chamado mercado global cada vez mais intercambiado. Depois analisará a especificidade histórica do comportamento das relações do fluxo de mercado e a geração do emprego e renda no cenário norte-rio-grandense.

No Mundo atual, cada vez mais globalizado, diversos blocos econômicos se formaram e outros estão em processo de formação, tais como a União Européia, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA-sigla em inglês), - Área de Livre Comércio das Américas (ALCA - em proposta). Assim, a interdependência econômica entre países se torna cada vez mais presente e as mudanças econômicas têm reflexos praticamente imediatos. Entretanto, as diferenças políticas, econômicas e sociais entre os países integrantes de cada bloco geram dificuldades, tanto na negociação quanto na implementação dos acordos econômicos e na formação da demanda de mercado para gerar as oportunidades de trabalho e renda.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem um papel primordial na difusão da liberalização do comércio mundial, por meio de acordos multilaterais e/ ou plurilaterais. Entretanto, a compreensão sobre essas relações na experiência brasileira - potiguar recente (anos 90) deve transpor a resposta politicamente interessada, analisando custo-emprego do processo de abertura comercial, que reage em função da livre concorrência dos mercados internacionais, buscando, numa corrida desenfreada, preços cada vez mais competitivos.

Como bem aponta Krueger¹, a teoria econômica tem dado pouca importância ao papel do comércio internacional na determinação do nível de emprego. Nos modelos de orientação neoclássica, ressalta-se a hipótese de que salários flexíveis garantem que, o nível de emprego seja determinado, fundamentalmente no mercado de trabalho. Nos modelos de orientação keynesiana, dar-se ênfase ao nível da demanda (aquecimento comercial) como determinante principal do nível de emprego, valorizando a importância do fluxo comercial, mesmo considerando que existe um freio no consumo, provavelmente gerado pelo achatamento salarial refletido pela corrida em busca dos preços mais competitivos.²

Tendo em vista, o estado do RN, em tempos neoliberais, vem se desenvolvendo novos setores econômicos, tais como, (1) o incremento do turismo, (2) a criação de camarões em cativeiro, (3) a produção de frutas tropicais (4) e o petróleo, entre outros, analisaremos o reflexo desse desenvolvimento no mercado de trabalho potiguar.

No capítulo 1, será analisado o fundamento teórico para justificativa das práticas do mercado global.

E o capítulo 2, aborda a relação da liberalização Comercial internacional, e a política da geração de emprego e renda no Brasil.

No capítulo 3, analisar-se-á o potencial econômico e o mercado de trabalho norte-rio-grandense nos anos 90, frente a globalização.

¹ KRUEGER, apud. Moreira, Maurício Mesquita; NAJBER, Sheila: O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997, no. 05 setembro/ 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br.pdf>. Acesso em: 08 de abril 2006.

² Moreira, Maurício Mesquita; NAJBER, Sheila: O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997, no. 05 setembro/ 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br.pdf>. Acesso em: 08 de abril 2006.

2086-ZA: Keynes
Salvatorelli

CAPITULO 1

MUDANÇAS DO PENSAMENTO E DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL

1.1. A adoção do pensamento liberal na sociedade recente

Para compreender o pensamento e a prática que orientou as ações econômicas no Rio Grande do Norte, no período pós 1990, é necessário entender as mudanças teóricas observadas na ciência econômica e na administração que organizaram a economia mundial.

Desde 1776 o livre comércio era apontado como uma forma de aumentar a riqueza de um determinado país. O economista filósofo Adam Smith, através do seu livro "A riqueza das nações" (Wealth of Nations), dizia que a prática do livre comércio dava novas possibilidades de aumento da produtividade³, disponibilizando uma maior quantidade de variedades de bens para a sociedade, ou seja, liberdade para uma nação produzir aquilo que tivesse melhores condições de aparelhagem e comprar externamente o produto que tivesse alto custo de produção local, assim a sociedade teria acesso a mais tipos de produtos, mesmo os fabricados no mercado externo. Para Smith, sua teoria das vantagens absolutas, dava a receita da prosperidade, era só seguir a regra pela qual, a nação deveria exportar o bem de maior produtividade, e importar o de menor produtividade.

Em 1817, David Ricardo, criava a teoria da vantagem comparativa,⁴ abordado em um de seus temas: "O comércio internacional"; representou um refinamento da teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, sugerindo que cada país devesse se especializar na produção daquela mercadoria, em que era relativamente mais eficiente (ou que tivesse um custo relativamente menor), exportando essa mercadoria. Por outro lado, esse mesmo país deveria importar aqueles bens cuja produção implicasse num custo relativamente maior (ou que tivesse sua produção relativamente menos eficiente). A oportunidade de comércio livre

³ Qualidade do que é produtivo: fertilidade, fecundidade, favoráveis condições no processo produtivo, tanto nos baixos custos dos insumos obtidos, quanto na boa qualidade tecnológica envolvida. Disponível em: www.priberamp/dlpo.aspx.

⁴ OLIVEIRA, Figueiredo de: **A liberalização do comércio internacional e seus reflexos na política Comercial brasileira**. 2004. 72 p. Monografia (Especialização em Comércio Exterior) Curso de Comércio Exterior da FGV, 2004.

poderia gerar o mesmo benefício do avanço da produtividade, aumentando potencialmente às quantidades de bens disponíveis à sociedade. Para Ricardo, na relação comercial entre dois países, cada um deveria se especializar na produção de mercadorias cujo custo de oportunidade seria menor que no outro país.

A partir da década de 1970, o modelo ricardiano tem servido de análise para mercado global e seu efeito sobre o bem estar social tem sido significativo. Alguns setores da economia pioraram com o mercado livre e outros melhoraram. No entanto, mesmo que a economia como um todo se beneficie ao longo prazo, a distribuição de renda gerada por esse ganho tem sido feita de forma desigual e muitas vezes tem se concentrado em determinados setores, principalmente nos que detêm maior influência política.

Geralmente, a política econômica dos países desenvolvidos, apesar de levantarem a bandeira neoliberal, é de cunho protecionista⁵ compõem barreiras tarifárias, e a utilização da política industrial de substituição de importações. É necessário saber os motivos que levaram os governantes na defesa do liberalismo comercial. Mesmo sabendo que, poucos foram aqueles países que utilizaram o livre comércio na sua plenitude.

Contudo, teoriza-se que o livre comércio evitava perdas de eficiência. Dentre os ganhos adicionais, defendem os teóricos, que tal processo estimula a busca das empresas, por novas rotas de exportações, concorrendo assim com as importações. Também oportunizando aprendizagem e inovações nos processos e nos produtos.

As guerras que ocorriam no comércio livre entre a ampla abertura das barreiras alfandegárias e o protecionismo das mesmas em países desenvolvidos dificultaram as importações e o fluxo de mercadorias no mercado global. Diante destas dificuldades surgiu em 1996 um organismo internacional que passou a regular esse conflito existente entre o protecionismo⁶ e o livre-cambismo⁷, instituiu-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), comitê de regulação das normas multilaterais de acordo regionais do comércio. No contexto do livre comércio, outro ponto crítico importante foi o problema do dualismo da disformidade que ocorreu nos pagamentos dos ganhos salariais. Se de um lado houve setores que pagavam altos salários⁸, outros setores⁹ praticavam, em geral, baixos salários, isso foi uma prova que a economia neoliberal não fazia uma eficiente distribuição de renda no mercado de trabalho.

⁵ Protecionismo – prática econômica adotada por alguns países para proteger as suas barreiras alfandegárias, e assim orientar a entrada de produtos de outros países que venham competir com a produção nacional..

⁶ Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/07/22/000.htm>

⁷ Câmbio alfandegário livre.

⁸ Setores que funcionavam com a mão-de-obra técnica especializada.

⁹ Setores que funcionavam com mão-de-obra desqualificada.

1.2. Liberalização da política econômica brasileira

Desde a década de 1970, a crise econômica mundial foi provocada por só altos índices inflacionários. Ela estabeleceu um processo de reestruturação industrial, que veio a ser iniciada no governo Collor (1990 -1992). O programa de estabilização do governo Collor (Plano Collor), baseou-se em um inédito confisco monetário, congelamento temporário de preços e salários, enxugamento da máquina estatal, demissão em massa de funcionários públicos. Ao mesmo tempo, o novo governo anunciou providências para abrir a economia nacional à competição externa, facilitando a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no país, o Brasil foi inserido, no contexto da economia global, com o início do Plano Collor.

Posteriormente, em 1994, no governo de Itamar Franco com o Plano Real, novas medidas liberais foram tomadas. O que marcou o novo plano foi o endividamento da economia brasileira em relação ao sistema financeiro internacional. Externamente, houve uma pressão para o aumento da liquidez da dívida externa, associada ao ciclo recessivo, com baixas taxas de juros em âmbito externo. Do ponto de vista interno, foi promovida uma ampla abertura comercial e financeira, bem como a elevação da taxa de juros, para atrair um novo fluxo de capitais e sustentar não só o plano de estabilização, mas supostamente também um novo ciclo de crescimento econômico, porém com endividamento externo.

(...) A estratégia do Plano Real consistiu basicamente na fixação da taxa de câmbio, como âncora nominal dos preços, na ampla abertura financeira para facilitar o ingresso de capitais e na elevação da taxa doméstica de juros, como atrativo de novos capitais e como elemento de contenção da demanda e dos preços internos. Fazia parte da mesma estratégia, acelerar o processo de privatização, que funcionaria como novo estímulo aos investimentos externos e também como reforço fiscal do Caixa do Tesouro. (...) ¹⁰

Esse processo, segundo Corazza, tornou o Brasil cronicamente dependente de recursos financeiros externos e exposto a uma grande fragilidade financeira, face a

¹⁰ CORAZZA, Gentil. A inserção do Brasil na globalização financeira – uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm>. Acesso 25 mar. 2006.

especulação de capitais e às crises do capital financeiro internacional atuante no mercado global.

O outro presidente neoliberal foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – que governou de 1995 a 2001. Quando FHC tomou posse, passou a vigorar o Tratado de Assunção¹¹, assinado anteriormente por Collor, cujo objetivo era a implantação do Mercosul.

Uma das medidas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso foi à valorização da moeda nacional face ao dólar, que provocou posteriormente elevados déficits na balança comercial, especialmente com o incremento das importações para aumentar a eficiência da indústria nacional, o controle de preços, da inflação e a médio e longo prazo equilibrar a concorrência com o mercado externo. Assim assumindo o princípio neoliberal ricardiano, acreditava que conseguiria atingir essas metas.

(...) Acho que o próprio processo de estabilidade e abertura tende a gerar ganhos de produtividade, que vão tornar o país mais competitivo – estimulando as exportações e reduzindo as importações. Esta é a nossa aposta. Mas é algo que não precisa ser planejado. O próprio sistema de mercado vai saber fazer melhor do que a gente. (...) ¹².

A política cambial valorizando a moeda nacional propiciou baixos níveis de inflação. No entanto, a dependência externa aumentou também a dívida interna. O governo reagiu para salvar o Real e impedir a saída de divisas mediante a elevação das taxas de juros. Recorreu ao FMI¹³, obtendo deste um empréstimo emergencial na ordem de US\$ 40 bilhões, mas foi obrigado a adotar um reajuste fiscal (desvalorização cambial, aumento da arrecadação e diminuição de gastos públicos). Tais medidas provocaram recessão na atividade econômica e no campo empregatício.

¹¹ Acordo firmado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991, é o instrumento jurídico fundamental do Mercosul. Como resultado da utilização dos instrumentos previstos no Tratado, cerca de 95% do comércio intra-Mercosul realiza-se atualmente livre de barreiras tarifárias, condição que deve alcançar a totalidade do comércio intra-regional até o ano 2000. A Tarifa Externa Comum (TEC) encontra-se definida para praticamente todo o universo tarifário do Mercosul, tendo sido implementada em grande parte a partir de 1º de janeiro de 1995. Até 2006, quando termina o período de convergência ascendente ou descendente das tarifas nacionais que ainda se encontram em regime de exceção, a TEC estará implementada para a totalidade do universo tarifário. <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgreg/mercom/index.htm>

¹² CORAZZA, Gentil. A inserção do Brasil na globalização financeira – uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm>. Acesso 25 mar. 2006.

¹³ FERRARI FILHO, Fernando. Legado do plano real: uma estabilização sem crescimento econômico? UFRS. RS. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_antiores/pdf_edicao35/artigo01.pdf. Acesso em 12 Abr. 2006. p. 14.

Primava-se que o fluxo interno de capitais estrangeiros, atraídos pelas altas taxas de juros nacionais, revitalizasse a economia brasileira, ao engendrar novo ciclo de investimentos e o desenvolvimento nacional. Houve um fortalecimento na produtividade, decorrente competitividade externa da economia, que elevou as exportações e reduziu as importações.

O Plano Real foi uma estratégia arriscada do governo para a estabilização da economia nacional, baseada no fluxo de capitais financeiros privados e internacionais. O Brasil ficou passivamente a mercê da especulação de capitais financeiros internacionais.

Segundo Juarez de Souza¹⁴, foi no período FHC, que se iniciou um programa de privatizações, foi neste período que foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (em substituição à Comissão Diretora); e realizado a privatização da Companhia Vale do Rio Doce – a maior mineradora do mundo; também foi transferido, mediante concessões de exploração, os serviços públicos essenciais ao setor privado – como os setores de eletricidade, de transporte e de telecomunicações, através da desestatização de empresas estaduais.

Ainda Segundo Souza, FHC quadruplicou a dívida pública, que evoluiu de R\$ 208,4 bilhões, em dezembro de 1995, para R\$ 881,1 bilhões, em dezembro de 2002, mesmo que a receita com as privatizações tenha gerado US\$ 89,1 bilhões no mesmo período. O alto nível de desemprego, consequência deste período, foi o reflexo das políticas públicas e econômicas neoliberais, com fortes ajustes fiscais e reformas administrativas do Estado, sobretudo diante de um cenário de globalização econômica com o comando do capital financeiro. A taxa de desemprego, medido nas principais regiões metropolitanas do país, aumentou em torno de 3,1% na segunda metade dos anos 80, para 7,1% , entre 1998 e 2002. Na região metropolitana de São Paulo, o desemprego medido pelo DIEESE saltou de 9,3%, em igual período, para 19,0%, em 2002.

1.3. Desregulamentação do trabalho no âmbito neoliberal

Alguns aspectos do processo de liberalização comercial no Brasil, surgiram com as idéias de privatização das estatais e da desregulamentação e flexibilização do direito

¹⁴ SOUZA, Juarez de. Críticas à construção de um Estado neoliberal no Brasil (1987 – 222 15 anos de profundas mudanças). Congresso del CLAD sobre a la reforma del Estado e de la administración pública, Panamá, nº 8, Out. 2003. p. 28 – 31. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047110.pdf>

do trabalho. Essas medidas tomaram ímpeto no governo Collor, porém a partir do seu impeachment, em 29 de dezembro de 1992, estas ações liberalizantes foram temporariamente bloqueadas durante o governo interino de Itamar Franco. Contudo, elas voltaram com todo vigor no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A partir de meados dos anos noventa ganharam importância às teses favoráveis à desregulamentação e flexibilização das garantias sindicais¹⁵ e dos direitos sociais, defendidas pelo empresariado brasileiro. Progressivamente as organizações sindicais foram perdendo a capacidade de pautar as discussões em torno da reforma e viram seriamente enfraquecidas diante das mudanças neoliberais, que começaram a ser promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Paulatinamente o empresariado brasileiro participava pelos bastidores e depois de forma declarada nas decisões do governo federal na área do desmonte dos direitos trabalhistas.

Segundo os autores Krein e Oliveira¹⁶; o governo FHC não só retomou em seu primeiro mandato as iniciativas do governo Collor, como abandonou o caminho do diálogo institucional na área trabalhista esboçado por Itamar Franco, restabelecendo a prática das medidas unilaterais ou do diálogo em separado com seus preferenciais.

O novo governo passou a alteração da legislação trabalhista, recorrendo na maioria das vezes às medidas provisórias (MPs), decretos e portarias. Ou seja, passou a atuar pelas linhas de menor resistência, tratando de introduzir medidas, as quais não chegaram até agora a alterar os fundamentos do sistema vigente, mantidos pela Constituição de 1988. Tais medidas evidenciam, no entanto, uma tendência clara à desregulamentação dos direitos sociais e à ampliação da flexibilidade das relações de trabalho, que, apesar da existência de uma legislação extensa e detalhada, sempre foi relativamente flexível.

A estabilização econômica através do Plano Real serviu de freio ao movimento sindical¹⁷, ampliando o grau de flexibilidade em termos das condições de contratação, demissão e remuneração do trabalho.

As MPs foram restringindo o valor salarial e desmontando o reajuste automático do salário; enfraquecendo os direitos trabalhistas, propondo-se a "livre negociação" entre patrões e empregados. Todo esse processo tinha como intenção diminuir os

¹⁵ KREIN, José Dário et al. Mudanças Institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995 – 1998. Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, nº. 6, Abr./ 1999, São Paulo. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST9B.doc>

¹⁶ Ibid p. 2.

¹⁷ Ibid p. 7

custos da produção nacional para promover um engajamento cada vez maior no mercado livre e competitivo.

Em abril de 1997, com a medida provisória 1.906/97, que anunciou o salário mínimo nacional de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), o governo tratou de desvincular a correção do mínimo a qualquer índice de reposição da inflação. A Lei 8.949/94 viabilizou a formação de cooperativas profissionais, ou seja, trabalhadores terceirizando sua força de trabalho, fugindo dos encargos sociais do direito do trabalho.

As mudanças neoliberais provocadas por Fernando Henrique Cardoso teve o sentido de flexibilizar e desregulamentar direitos dos trabalhadores e ao mesmo tempo, enfraquecer ainda mais as negociações coletivas. As medidas que visivelmente flexibilizavam direitos adquiridos tais como: as cooperativas profissionais, a contratação por prazo determinado, o fim do reajuste do salário mínimo com base na inflação, e a não-fiscalização do cumprimento dos acordos e convenções coletivas.

O modelo anterior desenvolvimentista baseado na indústria foi rearticulado, para a implantação de uma economia liberalizante e global, rompendo-se com o padrão de estruturação do mercado de trabalho, que se refletiu basicamente em quatro fenômenos interligados.

Aspetos que chamaram a atenção:

(1) no perfil setorial das ocupações urbanas localizadas no terciário (comércio e serviços);

(2) no alargamento dos segmentos considerados pouco estruturados do mercado de trabalho (trabalhadores sem carteira assinada, pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados);

(3) na tendência à precarização ou perda de qualidade dos postos de trabalho (desassalariamento formal, perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes rendimentos, etc.);

(4) na estagnação das remunerações provenientes do trabalho, em particular dos segmentos assalariados da estrutura ocupacional;¹⁸

Na verdade, desde as primeiras medidas neoliberais tomada por Fernando Henrique Cardoso, os salários dos trabalhadores foram praticamente congelados.

¹⁸ CARDOSO JUNIOR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td-814.pdf. Acesso em 9 abr.2006.

A abertura econômica aumentou a competição entre mercados domésticos e os mercados externos (fruto da abertura as importações, implantadas ainda pelo presidente Fernando Collor).

Segundo, José Celso Cardoso Júnior¹⁹, em 1999, o rendimento médio dos trabalhadores com carteira superava em apenas 6% o rendimento de 1992, que havia sido um ano recessivo. Já os trabalhadores informais (sem carteira assinada) tiveram melhor ganho reais médios, foi que em média houve um aumento de quase 42% entre 1992 e 1999. Em suma, nos anos 1990, viu-se uma estagnação relativa dos salários e rendimentos dos trabalhadores.

QUADRO 01

Principais Medidas do Governo FHC nas relações trabalhistas (Fonte: VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999
Disponível: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST9B.doc>)

1995-1998

Tema	Iniciativas
PLR – Participação nos Lucros e Resultados (1ª Medida Provisória – 1029, dezembro/94)	<ul style="list-style-type: none"> . Possibilitou o direito dos trabalhadores participarem dos lucros e resultados da empresa, através da negociação; . O valor da remuneração não mais incidiu sobre os encargos trabalhistas e não era incorporado ao salário; . introduziu a possibilidade da mediação e arbitragem.
Denúncia da Convenção 158 da OIT	<ul style="list-style-type: none"> . eliminou qualquer mecanismo de inibição da demissão imotivada.
Política Salarial (Plano Real) MPs nº 1053 e 1079/94	<ul style="list-style-type: none"> . eliminou a política de reajuste salarial; . proíbe as cláusulas de reajuste automático de salários; . introduziu a “livre negociação”.
Salário Mínimo: sem índice de reajuste (MP1906/97)	<ul style="list-style-type: none"> . o salário mínimo deixou de ter um índice de reajuste oficial. O seu valor passou a ser definido pelo Poder Executivo.
	<ul style="list-style-type: none"> . impediu a autuação de multas quando havendo conflito

¹⁹ CARDOSO JUNIOR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td-814.pdf. Acesso em 9 abr.2006 p.37.

Fiscalização do MTb (Portaria 865)	entre a legislação e o acordo/convenção coletiva; · Permitiu que os acordos e convenções reduziram direitos acertados anteriormente.
Trabalho temporário · Portaria 2 (29/06/96):	· ampliou a possibilidade de utilização da lei (6.019/74) de contrato temporário, · generalizou a possibilidade de utilização do contrato de trabalho precário.
Trabalho por tempo determinado (Lei 9.601/98)	· Desvinculou o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados; · Mudou os critérios de rescisão e reduz as contribuições sociais; · Criou o banco de horas.
Cooperativas profissionais ou de prestação de serviços (Lei 8.949 - dez/94)	possibilitou que trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na lei e na Constituição.
Organização sindical	· MP 1.522 - Autorizou a demissão de servidor público. · MP 1527 - Instituiu a demissão voluntária. · Decreto 2.066 - Limitou o número de dirigentes sindicais no setor público.
Ultratividade dos acordos e convenções MP 1.620/98	· Alterou a Lei 8.534/92, que previa a validade dos acordos e convenções até que eles não fossem renegociados entre sindicatos de trabalhadores e empresários.
Trabalho em tempo parcial (menos de 25 horas semanais) – MP 1709/98	· Estabeleceu a Jornada de até 25 horas semanais, · O salário e os demais direitos trabalhistas passaram a ser determinados em conformidade com a duração da jornada trabalhada; · Deixou de prever a participação do sindicato na negociação.
Banco de Horas – MP 1709/98	· Ampliou, de 4 meses para um ano, o prazo de compensação das jornadas semanais extraordinárias de trabalho, através de acordo ou convenção coletiva.

<p>Suspensão do Contrato de trabalho - MP 1726/98</p>	<p>. Suspendeu o contrato de trabalho, por um período, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociado entre as partes.</p> <p>Estabeleceu que o trabalhador, em caso de demissão no término da suspensão, teria direito de receber as verbas rescisórias e uma multa de um salário.</p>
---	--

CAPÍTULO 2

ESTRUTURAÇÃO E RELAÇÃO DO TRABALHO-EMPREGO

2.1. Emprego

Nos anos 90 houve uma queda do crescimento da população em atividade, principalmente, sendo mais elevada na região Nordeste do Brasil. Influenciada ainda pelas altas taxas de natalidade do passado, e pelo aumento da taxa de participação, particularmente determinada pela maior presença da mulher no mercado de trabalho. Ou seja, cresceu o excedente de desocupados.

TABELA. 1

Crescimento da População Ativa por Setores no Brasil Disponível em:
<http://www.geocities.com/alcalina.geo/69cresci/index2.htm>

População Ativa por Setores (1985-1986)			
País	Primário	Secundário	Terciário
Etiópia	77,0%	8,0%	15,0%
Brasil	26,3%	25,0%	48,5%
EUA	3,0%	33,0%	64,0%

Note que nesta década, o Brasil mostrou que, apesar do aumento do desemprego, houve um bom desempenho econômico. Na Tabela 1 observa-se que, em países desenvolvidos, como os EUA concentram suas populações ativas principalmente no setor terciário e em seguida no secundário. O Brasil mostrou um grande desempenho econômico ao contrário da subdesenvolvida Etiópia, e semelhante ao desempenho dos norte-americanos.

No Brasil, a queda nas dinamizações da produção e do emprego se acentuou, ainda mais, pela substituição de parte dos insumos (matéria-prima) industrializados nacionais por aqueles de origem estrangeira, reflexo da abertura do mercado nacional para o mercado externo e o aumento das importações lideradas durante o governo Collor.

TABELA 02

PEA - População Economicamente Ativa no Brasil - 1990

Pessoas de 10 anos de idade ou mais, ocupadas.

Fonte: Síntese da Economia Brasileira - CNC (Gabriel Luiz Gabeira).

Disponível em: http://www.geocities.com/pcrsilva_99/PEA.HTM

Ramos de Atividade	Nº de pessoas	%
Agrícola	14.180.159	22,8
Indústria de Transformação	9.410.712	15,2
Indústria de Construção	3.823.154	6,2
Outras Atividade Industriais	860.453	1,4
Comércio de Mercadorias	7.975.670	12,8
Prestação de Serviços	11.136.869	17,9
Serv. Aux. da Atividade Econômica	2.023.389	3,3
Área Social	5.417.210	8,7
Transporte e Comunicação	2.439.920	3,9
Administração Pública	3.117.005	5,0
Outras Atividades	1.715.598	2,8
T o t a l	62.100.499	100

O aumento da população ocupada ocorreu predominantemente nas atividades não-agrícolas (TABELA 2), havendo estabilidade das atividades agrícolas. Mesmo assim em 1997, 13,5 milhões de pessoas continuavam vinculadas às atividades agrícolas, sendo quase 7 milhões na região Nordeste.

De acordo a teoria de alguns economistas de que a produtividade depende do padrão de investimento e de financiamento articulado com a reorganização produtiva. O contexto foi marcado pela liberalização comercial global. Os investimentos externos entraram no país em decorrência da abertura das fronteiras financeiras e junto a elas acompanharam as diretrizes dos órgãos internacionais na condução da economia e na reorganização estrutural, tecnológica e social, no sentido de adequação ao mercado global.

2.2. Intervenção externa

Na década de 1990, foi introduzida no Brasil uma tendência hegemônica nas políticas educacionais brasileiras, em torno da receita fornecida pelas idéias neoliberais. Essas idéias influenciaram nas remodelações políticas e nas novas relações sociais de trabalho. A ampla liberalização do mercado brasileiro para o mercado externo, abriu a infiltração do pensamento neoliberal, orientado pelos credores internacionais para estruturar as novas

condições de trabalho e de produção no mercado interno. Na verdade de forma disfarçada ocorreu uma intervenção dos mecanismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial²⁰, aliada à subserviência²¹ do governo brasileiro à economia mundial.

Andrioli enfatizou que o Banco Mundial: teria feito um programa anual de empréstimos para a educação, principalmente voltada para a prática profissional, na América Latina e no Caribe, investiu 780 milhões de dólares, e antecipou outro aumento para 1000 milhões de dólares em 1994. Essa intervenção sobre países devedores, foi imposta pela presença de “assessorias internacionais” nos organismos educacionais em países dependentes do capital estrangeiro. É nesse sentido, que a governabilidade nacional esteve em jogo. Os países pobres através de suas dívidas foram obrigados a serem reorganizados de acordo com os interesses dos órgãos internacionais, na questão da adequação nacional a um mercado neoliberal. Dessa forma, o mercado nacional foi reestruturado de forma que o grande capital internacional dominasse e amarrasse a suas condições de mercado, regulamentando o processo econômico em seus focos de interesses.²²

No contexto de globalização financeira, outro elemento de influência externa no Brasil, foi a criação do Plano Real (1994). Naquele período, o Brasil recebeu uma pressão externa do FMI, para aumentar a capacidade de liquidez de suas dívidas internacionais, associadas a um ciclo recessivo que controlasse a inflação (1990-1993). Houve uma ampla abertura comercial financeira e elevação das taxas de juros, para atrair novos fluxos de capital na manutenção da estabilização da moeda nacional, era um jogo financeiro cambial para manter a moeda estável frente à crise recessiva e inflacionária dos últimos anos da década de 1980.²³

O Plano Real consistiu basicamente na fixação da taxa de câmbio, no sentido de parar o sistemático aumento de preço inflacionário em torno de uma moeda forte, o Real. Com isso facilitava-se uma ampla abertura da fronteira financeira e o ingresso de capitais atraídos pela elevação da taxa interna de juros.

²⁰ ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. *Revista Espaço Acadêmico*, n.º 13, jun./2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>. Acesso em 6 fev. 2006.

²¹ O Brasil se tornou subserviente as orientações políticas internacionais devido a dependência do capital estrangeiro.

²² Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>

²³ CORAZZA, Gentil. A inserção do Brasil na Globalização Financeira – uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm>. Acesso 25 mar. de 2006.

Em suma, o Real tornou uma moeda estável, elevou a liquidez nacional sobre dívidas internacionais, e facilitou os investimentos externos, que segundo Corazza, esse processo provocou uma nova forma de endividamento externo, pois o governo precisou de novos empréstimos para cobrir as contas públicas, para que ocorresse uma maior confiabilidade ao mercado brasileiro pelos investidores externos.

A redução dos custos com mão-de-obra foi ampliada pela valorização cambial do Plano Real, que provocou uma depreciação não justificada da relação câmbio-salário, ou seja, os ajustes salariais passaram a não acompanhar a valorização cambial da moeda nacional. Em 1995, graças à valorização do câmbio ocorreu uma redução real nos salários em relação ao fim do gatilho salarial²⁴ promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Conclusão, os salários ficaram congelados ao mesmo nível da época da implantação do Plano Real.

2.3. O processo de qualificação do trabalho

No cenário do mercado global visto como eficiente e competitivo, os trabalhadores com menor qualificação tenderam a ser demitidos com relativa facilidade, devido à falta de ônus de custo seletivo numa possível nova contratação.

Para se aumentar a produtividade industrial precisou-se de uma mudança sistemática e positiva no perfil de qualificação da mão-de-obra. A reorganização econômica tendeu a jogar sistematicamente contra o emprego e a pressionar para baixo os rendimentos salariais reforçando o baixo crescimento quando reduzir o poder de compra do conjunto dos assalariados.

Em suma, a reorganização da estrutura de trabalho apontou para as exigências da pressão externa, mediante a concorrência com as importações. O mercado brasileiro tinha que se adequar às exigências da qualidade internacional. Porém, a capacitação e o aperfeiçoamento na formação profissional, não andaram juntos a uma melhor condição salarial.

As "acessorias internacionais", de acordo com Andrioli, criaram mecanismos para interferir na formação da educação profissionalizante brasileira, inseriu o sentimento de atenção à nova ordem e regras liberalizantes e implantou formas de capacitação profissional

²⁴ Mecanismo de reajuste automático de salário indexado a inflação.

que atendesse as novas exigências do mercado global. No período, surgiu nas escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o curso de marketing pessoal²⁵, uma idéia que prenunciava suavemente o fim do emprego com carteira assinada e o início da terceirização dos serviços prestados, onde o profissional tinha que se adequar a uma nova realidade, fazendo seu marketing pessoal para que fosse visto como empresa de autogestão, o profissional tinha que fazer seu marketing pessoal como forma de propagar seus serviços diante das empresas as quais ele venderia sua força de trabalho. Esta relação se processou com a idéia de que não se teria o vínculo empregatício e os seus devidos custos dos encargos sociais. O discurso era que o emprego com carteira assinada iria desaparecer, e só iria sobreviver o profissional que propagasse uma melhor imagem de suas capacidades profissionais diante das necessidades de serviços do mercado.

Andrioli ainda ressaltou que o capitalismo neoliberal provocou sua própria ineficácia, quando se conflitou no relacionamento entre a produtividade e o consumo. O mercado liberalizante correu atrás de mais produtividade, mas se chocou diante da resposta para a pergunta: aumentar a produtividade para que? Se ao mesmo tempo em que a produtividade avançou existiu uma política de baixos salários que freou o consumo. Outro grande problema, foi que a vasta especulação financeira do período, afugentou o capital, que era volátil de acordo com os interesses de mercado, ele, geralmente, se dissipava do setor produtivo para o setor da especulação financeira. Com isso, dificultou-se assim a geração de emprego e de renda que se geraria a partir do setor produtivo, e não do setor de especulação financeira, que se tornou cada vez mais rentável aos seus investidores.

No entendimento de Andrioli, a nova reordenação do mercado livre entrou em crise socioeconômica:

(...) De maneira mais conjuntural, com as principais características, que foram as seguintes: a) crise do trabalho assalariado, com acentuada precarização nas relações de trabalho; b) mito da irreversibilidade da globalização, com forte carga de fatalismo; c) mundo unitário sem identidade, trazendo à tona a fragmentação, também no que se refere ao conhecimento; d) retorno de “velhas utopias”, principalmente na política, economia e religião; e) despolitização das relações sociais; f) acento na

²⁵ Dominar o uso de sua imagem pessoal como seu maior patrimônio, desenvolvendo o gerenciamento do seu crescimento humano e profissional e fazendo um marketing pessoal antenado com os novos paradigmas do mundo do trabalho. Disponível em: www.ba.senac.br/html/cursos/cursos.asp?idcurso=116

competitividade com a perspectiva de que alguns se salvam já que não dá para todos. (...) ²⁶

O emprego no contexto neoliberal se transformou em “objeto raro” sofria gradativamente um desaquecimento no Brasil. Entre 1989 e 1993, foram eliminados 1,3 milhões de empregos formais com o agravante de que, os estabelecimentos com mais de 50 empregos exterminaram, aproximadamente, 1,5 milhões de postos de trabalho. Na região Sudeste, o processo foi maior, com 1,1 milhões, sendo que, no período, a cada 10 postos de trabalho consumados, 7 encerram-se na informalidade, só que no ano de 1999, das 418.000 vagas preenchidas, 94% encerraram-se sem carteira de trabalho assinada. ²⁷

O excedente do universo de trabalhadores desempregados provocou um conforto para o setor produtivo, que passou a explorar a mão-de-obra e incentivou o desmonte do direito do trabalho, devido a grande ociosidade dessa mão-de-obra em excesso. Por outro lado, as empresas freavam os salários com a justificativa da desqualificação do trabalhador.

A reorganização da capacitação profissional, na nova ordem de mercado global, visou qualificar, formar e treinar a mão-de-obra. Nesse contexto, a qualificação do trabalho foi, na verdade, um passe para a empregabilidade ²⁸ e não uma barganha para melhores condições de salários.

No senso comum, a educação profissionalizante dos diferentes grupos sociais de trabalhadores é uma forma de inserir e aprimorar novas técnicas e de inculcar as diretrizes ideológicas da elite dominante para as relações do trabalho. Porém não existiu uma preocupação com a qualidade de vida do trabalhador e sim com a “garantia da empregabilidade”. Na década de 1990, foi dada ênfase a capacitação profissional para atender as necessidades da demanda de um mercado global liberalizante. Neste contexto, o trabalhador teve que estar hábito na qualificação, mas isso não garantiu melhorias na sua renda salarial.

Na verdade, a prática neoliberal para a relação de trabalho excluiu, através da política de baixos salários, a preocupação de um rendimento mais digno as necessidades do

²⁶ ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. *Revista Espaço Acadêmico*, no. 13, jun. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>. Acesso em 6 fev. 2006.

²⁷ DEDECCA, C. S. apud. THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical diante da reestruturação produtiva do capital. *Revista eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Nº. 69, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm>. Acesso em 14 fev.2006.

²⁸ .Qualidade de empregável, (FERREIRA, 1999).

trabalhador e visou à competitividade e a produtividade. O investimento feito nos moldes do mercado livre refletiu na melhoria da produtividade, e relativamente através do aumento de competitividade houve um avanço da qualidade dos produtos, com isso, ocorreu uma elasticidade na demanda ²⁹. Portanto, houve melhorias nos ganhos comerciais em função do aumento na demanda, de acordo com o produtor que venceu concorrência de mercado. Neste contexto, o trabalhador teve uma relação inversa, tinha que se conformar com a precarização de seus parcos ganhos salariais, e ao mesmo tempo se esmerar profissionalmente para garantir a qualidade exigida pelo mercado livre, e através disso manter sua empregabilidade.

A excludente falta de absorção da mão-de-obra nos anos da década 1990 contou com a diminuição da população economicamente ativa. Esse processo deu-se com enxugamento da mão-de-obra iniciada no governo Collor, e perpetuado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Aspectos que levaram a diminuição das demandas de trabalho foram à recessão causada pela abertura do mercado nacional ao mercado externo e as importações em conjunto com o plano de estabilização da moeda nacional.

Neste âmbito das mudanças, a livre concorrência, aspecto de uma economia liberada, provocou uma reorganização das estruturas de trabalho. O trabalhador teve que ser qualificado para atender as exigências do mercado liberalizante.

A reorganização neoliberal do mercado interno foi posta através de pressões de organismos financeiros internacionais, impondo suas "acessorias" para a chamada qualificação profissional dos países devedores. No âmbito nacional, essas acessorias externas induziram e influenciaram as suas regras liberalizantes no processo de produção e na educação profissional do mercado interno, diante da passiva subserviência ³⁰ do governo nacional.

2.4. Os problemas com o custo e a flexibilização da mão-de-obra

Depois da aguda recessão global ocorrida em 1973, iniciou-se um processo de transição no interior da dinâmica de acumulação de capital, que se definiu como acumulação flexível. Essa nova fase foi marcada pelo confronto com a rigidez da relação de trabalho

²⁹ Disposição de comprar determinada mercadoria ou serviço, por parte dos consumidores. (FERREIRA, 1999).

³⁰ Através da dependência ao capital estrangeiro atrelado ao endividamento

fordista. A rigidez das relações de trabalho foi quebrada por uma flexibilidade: nas relações de trabalho, nos mercados de trabalho dos produtos e nos padrões de consumo.³¹

Este novo período caracterizou-se por novos setores de produção, novos mercados e, sobretudo, grandes inovações comerciais, tecnologias e novas técnicas organizacionais. O custo da mão-de-obra foi identificado como os mais importantes obstáculos à geração de empregos. Esse custo foi notadamente perceptível nos custos de produção diante da concorrência internacional.

As empresas para serem inseridas na internacionalização comercial buscaram custos do trabalho cada vez mais baixos e uma maior flexibilidade nas relações dos direitos trabalhistas. O trabalhador tinha que moldar a um ambiente volátil, tanto do ponto de vista dos ganhos salarial quanto da periodicidade do trabalho. As empresas atacaram com ajuda do governo neoliberal a legislação do trabalho, em questões como: as contribuições sociais e os impostos do salário recebido pelo trabalhador. Além disso, barganhou-se o próprio salário do trabalhador e flexibilizaram-se as regras de contratação e de demissão.

De acordo com Pastore, a tradicional legislação trabalhista era inflexível, devido ao:

(...) “predomínio da Lei sobre o contrato e da justiça sobre a negociação [que] dá ao sistema brasileiro de relações do trabalho um caráter muito inflexível”. (...) ³²

Mesmo com todo custo da mão-de-obra no Brasil os salários sempre foram bastante reduzidos, menor que o dos países desenvolvidos que investem no Brasil.

Para a adoção de uma flexibilização brasileira, cogitou-se o fim dos estatutos trabalhistas vigentes, e os contratos de trabalhos passariam a ser negocial. De fato, adotou-se a negociação coletiva, (defendida principalmente por empresários), ao mesmo tempo em que houve uma grande inquietação para se fazer uma revisão da legislação trabalhista, e manter-se apenas direitos precariamente básicos para os trabalhadores.

Na década de 1990, algumas Leis e Medidas Provisórias foram instituídas, flexibilizando as relações de trabalho. A desregulamentação dos direitos sociais, instituída

³¹ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997. 155 p.

³² PASTORE, A.C., PINOTTI, M.C. Apud.: RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme de Almeida. Emprego no Brasil nos anos 90. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n.º. 468, mar.1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0468.pdf>. Acesso 23 jan. 2006.

pelo presidente Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1994 e 2000, através das seguintes Leis e MPs definia diversas questões das relações de trabalho:

1) A MP 1.960/94 disciplinou o plano real e vedava a indexação salarial de acordo com os índices inflacionários passando a correção automática dos salários para serem negociadas coletivamente.

2) Na Lei 8.949/94 que modificou o art. 442 da CLT acrescentou-lhe um parágrafo que determinava a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus cooperados e entre as empresas contratantes de serviços. Permitindo que empregados, neste caso, passassem à categoria de associados, além de desobrigarem a empresa e a cooperativa dos encargos trabalhistas e previdenciários. Esta lei, originalmente criada com fins bastante definidos (atendia às necessidades próprias do Movimento dos Sem Terra-MST), passou a ser utilizada como um artifício para que empresas transnacionais e nacionais terceirizassem suas atividades por meio da criação de suspeitas cooperativas desobrigadas legalmente de qualquer encargo social.

3) A Lei 9.032/95 equiparou os valores do auxílio-doença comum aos do auxílio-doença acidentário, reduzindo o valor deste último em 50%.

4) O Decreto 2.100/96 formalizou a desistência, por parte do governo brasileiro, da Convenção 158 da OIT, a qual criou limites ao empregador para dispensar trabalhadores. Impedia a dispensa sem motivos e permitia que essas ocorressem somente por razões comprovadamente econômicas ou técnicas e, ouvidas as representações dos trabalhadores através dos seus sindicatos. Com isto, abriu-se caminho para a demissão imotivada, além de ter avançado nos objetivos de desregulamentação do artigo 7º. (capítulo II dos direitos sociais, inciso I da Constituição Federal), que protege o empregado contra despedidas arbitrárias ou sem justa causa, ressaltando, dentre outros direitos, a indenização obrigatória no caso desta se efetivar.

5) A Lei 9.300/96 - alterou a Lei 5.889/93, e retirou do trabalhador rural o direito de ter salário in natura (habitação, infra-estrutura, bens destinados à subsistência do trabalhador rural e outros), concedido pelo patrão e incorporado à indenização no ato da dispensa.

6) A MP 1.415/96 fixou normas para o cálculo do salário-mínimo, sem considerar os indicadores relacionados aos custos da reprodução da força de trabalho (moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer, higiene, transporte e previdência), previstos na CF/88 (inciso IV, do Artigo 7º).

7) A Lei 9.468/97 instituiu o Plano de Demissão Voluntária (PDV) com a finalidade de reduzir os quadros de pessoal na administração pública.

8) A Lei 9.601/98 instituiu o contrato temporário de trabalho e reduziu o percentual de contribuição do FGTS de 8% para 2%, estipulou que o trabalhador contratado sob esta forma não tinha direito a receber, em caso de demissão, nem os 40% de multa sobre o Fundo, nem o aviso prévio. Esta Lei, de ampla abrangência, instituiu, a um só tempo, o contrato de trabalho temporário e, sob ele, a reduzia-se percentual e da multa do FGTS, a supressão do aviso prévio, quando se tratava de dispensa sem justa causa. Como o contrato temporário era feito mediante a negociação coletiva, criava-se uma situação conflituosa para os sindicatos, sobretudo, para os que adotavam uma perspectiva classista. A aceitação da Lei no resultado de uma conjuntura em que havia de um lado, a pressão do trabalhador por emprego, mesmo que precário, e de outro, a função intrínseca do sindicato em não transigir na defesa dos direitos dos trabalhadores. Tal Lei permitiu ainda a introdução do banco de horas, desde que convencionado por acordo entre patrão e trabalhadores. Tal banco de horas, na prática, se caracterizou pela adoção de um autêntico sistema de créditos (prorrogações de jornada) e débitos (diminuição de jornadas ou folgas), relacionando às horas trabalhadas e compensadas pelo trabalhador.

9) A MP 1.709 – 1/98 disciplinou o regime de trabalho em tempo parcial, estabelecendo o máximo de 25 horas semanais com salário proporcional ao período integral. Modificou o 2º. Artigo 59 da CLT, relativo à obrigatoriedade do pagamento de horas extras, anulou este caráter compulsório, substituiu-o pelo mecanismo de compensação das horas extras trabalhadas pelo “banco de horas”. Além disso, a referida Lei que alterou o artigo 443, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis de trabalho (CLT), abriu a possibilidade para que a jornada de trabalho (44 horas semanais) pudesse ser computada anualmente. Este mecanismo facultou a distribuição das horas de trabalho de acordo com os interesses da empresa, sem que o tempo excedente às 44 horas semanais pudesse caracterizar horas extras. A jornada suplementar poderia ser compensada pela jornada reduzida (folgas), no espaço de um ano. Se, neste prazo, não ocorresse à compensação, a jornada suplementar seria convertida em hora extra, dilatando, desse modo, o prazo para o seu pagamento. A possibilidade de compensação de horas e a ampliação do prazo pra seu pagamento se generalizaram para todos os trabalhadores celetistas, mediante o instituto do “banco de horas”. Cabe ressaltar, no entanto, que muitos sindicatos resistiram ainda a sua implementação. Em reedição, esta MP introduziu o desemprego temporário, caracterizado pela suspensão do contrato por um período de dois a cinco meses. Durante esse tempo, o trabalhador realizaria curso de qualificação profissional,

receberia não um salário, mas uma bolsa paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no valor equivalente ao seguro desemprego. E, para que o tempo de trabalho com fins de aposentadoria não sofresse descontinuidade, o trabalhador deveria arcar integralmente com o pagamento da contribuição previdenciária. Se o trabalhador não ingressasse no processo de qualificação ou dele desistisse, extinguia-se seu contrato de trabalho.

10) Lei 9.608/98 instituiu o serviço voluntário, como uma modalidade de trabalho sem o vínculo empregatício. Para caracterizar-se como "voluntário", bastava a assinatura de um termo de adesão no qual o trabalhador declarava exercer uma atividade voluntária. Essa declaração desobrigava, a entidade beneficiária, dos encargos decorrentes de um vínculo empregatício. Esta Lei abriu precedentes para a precarização do trabalho, uma vez que podia viabilizar um serviço artificialmente voluntário tanto por parte da instituição promotora, que podia perfeitamente dissimular sua finalidade lucrativa, quanto por parte do "voluntário", que podia se submeter a essas condições de trabalho pela mera falta de oportunidades num mercado de trabalho que se comprimia. Um grande exemplo desta prática, que esteve veiculado na mídia nacional foi "O amigo da escola", onde ainda hoje se instiga a qualquer profissional prestar serviços voluntários a escola local, sem vínculo salarial e empregatício com a entidade de ensino..

A MP 1.960/94 criada para disciplinar o Plano Real, ou seja, estabilizar a moeda inicialmente em paridade com o dólar visando controlar a inflação e também excluir os reajustes automáticos dos salários. Desde a implantação dessa Medida Provisória, em 1994, os salários ficaram basicamente congelados. Os produtos gerados pela indústria sofriam variações de preços conforme o mercado, matéria-prima, variação cambial entre outras. Contudo o do trabalhador diante destes ajustes de mercado sofria perdas salariais por causa da desindexação salarial estabelecida por esta MP.

O direito à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas, de acordo com a MP 1.539/94, apesar de ter sido uma medida aparentemente positiva para o trabalhador, o governo não estabelece regras claras e funcionais, ao contrário deixava rolar acordos liberais ou de livres negociações entre patrões e empregados. Via-se um cenário de desconforto, o trabalhador negociava a participação nos lucros, onde ele era a parte mais frágil da negociação, pois o seu salário era a sua precária manutenção de sobrevivência, seria um caos perde-lo. Na verdade, o trabalhador queria manter seus rendimentos de qualquer maneira, mesmo precários. O que importava mais era o seu sustento financeiro e sua empregabilidade. As negociações livres exerciam tendências unilaterais, em prol dos interesses do empregador.

A Lei 8.949/94 excluiu o vínculo empregatício entre cooperados e terceirizados. Uma forma de flexibilizar de maneira declarada o fim dos contratos de trabalho por carteira assinada, ou seja, era o fim dos encargos sociais que davam certa tranquilidade ao trabalhador, pois gozava de férias, 13º. Salário, aposentadoria, FGTS, e seguro desemprego entre outros. A Lei 9.032/95 equiparou em valores o auxílio doença ao auxílio acidentário, o último sofreu uma redução de 50%. Via-se um quadro desesperador, o trabalhador através do direito trabalhista garantia o seu salário; esse lhe escapava em nome do livre mercado.

Nos anos 90, o discurso neoliberal declarava a importância da “livre negociação” entre patrões e empregados, que apesar de ter trazido algumas ações positivas favorecendo a algumas categorias de trabalhadores que possuíam sindicatos fortes com grande poder de barganha, por outro lado, os trabalhadores ligados aos sindicatos mais fracos, se viam obrigados a aderirem decisões negociais unilaterais, prevalecendo os interesses do empregador.

O grau de flexibilidade salarial³³ dependia da flexibilidade de demanda de mercado, se houvesse um aquecimento comercial, haveria uma oferta maior de empregos. Na hora que houvesse um desaquecimento comercial, a demanda de empregos se retraía inclusive o ganho salarial.

Na origem, o objetivo das modificações, desregulamentando o direito do trabalhador, seria flexibilizar as relações de trabalho tornado-as mais eficientes sem, contudo, alterar o equilíbrio do poder de barganha de empregados e empregadores.

A flexibilização das relações do trabalho alcançou e permitiu que na negociação coletiva alterasse as regras da legislação do trabalho, previa-se o possível equilíbrio entre os poderes de barganha, de forma bilateral, sendo assegurado pelo fato de que esta flexibilidade seria uma característica exclusiva do contrato coletivo. Já o contrato individual tinha por obrigação seguir a legislação ordinária, adotando-se uma legislação de suporte originária da negociação coletiva onde assegurava o direito à informação pela negociação fundamental.

Finalmente, a negociação coletiva acontecia à parte, sem participação da Justiça do Trabalho. Entrava-se na premissa do incentivo das relações de trabalho mais duradouras e, com isto haveria um avanço na eficiência econômica. Em outras palavras, a proposta substituíria a proteção individual ao trabalhador por uma proteção da relação de

³³ BARROS, Ricardo Paes et al. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. IPEA, Rio de Janeiro, no. 499, jul. 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0499.pdf>. p. 7

trabalho mediante o fortalecimento da negociação coletiva e das organizações coletivas. Em suma, era um artifício do governo neoliberal para derrubar as cláusulas da Legislação do Trabalho, conforme assimilou Camargo quando escreveu que:

(...) Para os empresários, por um lado, não interessa adotar a figura da contratação coletiva caso o excesso de legislação e o poder normativo da justiça do trabalho for [sse] mantido [a]. Para os trabalhadores, por outro, há [via] o receio de perder conquistas já sacramentadas em Lei, em troca de ganhos incertos na negociação. (...) ³⁴

Os trabalhadores eram mantidos no mercado de acordo com a mão-de-obra qualificada, quando isso ocorria, a “livre negociação” era a forma mais equilibrada no conflito entre as partes negociantes. Teoricamente a negociação coletiva era mostrada como um avanço, porém na prática predominaram acordos de empregabilidade, ou seja, reduziram-se as jornadas e os salários que atendessem aos fluxos de mercado sazonais, como por exemplo, as negociações coletivas para férias forçadas e o afastamento do trabalho temporariamente, que atendessem a desaquecimento de mercado, e a manutenção do trabalhador no emprego.

A flexibilização das relações de trabalho regulamentou o custo da mão-de-obra, ou seja, o governo através das MPs e de Leis, regulou e desmontou os direitos adquiridos pelo trabalhador. O discurso era que com o aumento da produtividade aumentavam-se as exportações, traziam-se mais divisas, e estabilizar-se-ia as contas públicas. Contudo esse processo da liberalização comercial de mercado contemplou somente os interesses do empregador, que arrancou grandes lucros em nome da exploração do trabalhador.

2.5. O desenvolvimento tecnológico recente e a financeirização

Silva ressaltou que o desemprego, provocado pelo avanço da tecnologia já era algo visualizado por Marx³⁵ no final do século XIX, e ao longo da primeira metade do século

³⁴ CAMARGO, José Márcio. Negociações coletivas, distribuição e emprego. **IUPERJ**, Rio de Janeiro, no. 01, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100001

³⁵ Karl Heinrich Marx foi um intelectual alemão do século XIX considerado um dos fundadores da Sociologia. Também influenciou várias outras áreas (tais como filosofia, economia, história) já que o conhecimento humano,

XX foi também estudado e previsto por Keynes³⁶, que o denominou de desemprego tecnológico.

No mercado global, milhões de trabalhadores já foram definitivamente eliminados do processo econômico; funções e categorias de trabalho foram reduzidas, reestruturadas ou desaparecidas. Vítimas de uma revolução tecnológica, trabalhadores foram sendo substituído rapidamente por máquinas, o avanço tecnológico acirrou o desemprego global.³⁷

No Brasil, os processos de reestruturação econômica se acentuaram nos últimos anos da década de 1980. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro de recessão, deslancharam um processo de desproletarização de importantes contingentes de operários, onde a indústria automobilística foi o maior exemplo disso. Com o projeto neoliberal do governo Collor, surgiram à proposta de desregulamentação, de flexibilização e de privatização.³⁸

Na década de 1990, fábricas americanas, semelhantes às japonesas foram montadas no Brasil. Para Rifikin, a idéia de inserir tecnologias em países pobres partia da premissa de que isso geraria níveis altos de empregos e a maior prosperidade, não era mais uma verdade. O tipo de necessidade produtiva do terceiro mundo foi suprida pelas novas fábricas automatizadas, que reduziram o número de emprego. Segundo ele, o processo econômico de reestruturação global aumentou seus lucros continuamente. No entanto, ao mesmo tempo, as empresas anunciaram demissões em massa. Só em janeiro de 1994, os maiores empregadores dos Estados Unidos demitiram mais de 108 mil trabalhadores. A racionalização do trabalho, a reestruturação administrativa e a introdução de novas tecnologias, resultaram em maior produtividade, maiores lucros e menos empregos. Embora novos empregos tenham sido criados, foram inseridos com faixas de remuneração inferiores, e geralmente são empregos temporários. Em abril de 1994, nos Estados Unidos, dois terços dos

em sua época, não estava fragmentado em diversas especialidades da forma como se encontra hoje. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário, sendo que ambos (Marx e o movimento operário) influenciaram uns aos outros durante o período em que o autor viveu. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx.

³⁶ John Maynard Keynes (1883-1946) foi um dos mais influentes economistas do século XX. Suas idéias intervencionistas e estatistas chocaram-se com as doutrinas econômicas vigentes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia. Origem: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Keynes>.

³⁷ RIFIKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho**. São Paulo: MAKRO, 1996. 348 p

³⁸ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997. 155 p.

empregos criados, estavam em faixa de remuneração inferiores aos patamares atingidos anteriormente.³⁹

A perda de empregos bem remunerados se estendeu em todo mundo. Na Alemanha, a Siemens, gigante da eletrônica e da engenharia, achatou sua estrutura administrativa, cortou custos em 20 a 30% em apenas três anos e demitiu mais de 16 mil funcionários em todo mundo. Na Suécia, a ICA, cooperativa de alimentos, faturou em torno de US\$ 7,9 bilhões, aplicou a reengenharia em suas operações, instalou um sistema de informatização de controle de estoque de última geração. A nova tecnologia permitiu que a empresa de alimentos fechasse um terço dos armazéns e centro de distribuição, reduzisse seus custos gerais pela metade. Neste processo, a ICA eliminou mais de 5 mil funcionários, ou seja, 30% da sua força de trabalho em apenas três anos, enquanto sua receita, cresceu mais de 15%. No Japão, a empresa de telecomunicações. NNT anunciou que reduziria a sua força de trabalho em 15%, seriam 30 mil demissões em 1993. Trabalhadores industriais perderam seus empregos por causa da acelerada automação, e seria ela a provável causa do desemprego em massa trazida pelos reflexos da competitividade internacional.⁴⁰

Neste contexto, embora o número de operários continuasse declinando, a produtividade continuou subindo aceleradamente na década de 1990. Entre 1979 e 1992, a produtividade industrial aumentou em 35%, enquanto a força de trabalho foi reduzida em 15% nos Estados Unidos, o maior mercado produtivo do mundo.

A lógica do neoliberalismo e a sabedoria econômica convencional têm ditado que novas tecnologias fomentariam a produtividade, reduziriam custos de produção e aumentariam a oferta de produtos baratos, que por sua vez aumentariam o poder aquisitivo, e expandiriam mercados e gerariam mais empregos. Contudo, esta lógica refletiu níveis sem precedentes de desemprego na área tecnológica, acentuou o declínio do poder aquisitivo do consumidor.⁴¹

Na verdade, engenheiros industriais desenvolveram máquinas com habilidades de grande avanço, tais como: comunicação eletrônica por voz, linguagem de programação de uso genérico, visão tridimensional, múltipla coordenação motora, habilidades de locomoção e autonavegação e habilidades de autodiagnósticos e correção. Geralmente, são tecnologias que presenciamos, em nossos microcomputadores diariamente. Essa tecnologia se aproximou muito, em semelhança as raras habilidades humanas.

³⁹ RIFIKIN, Jeremy op. cit.

⁴⁰ RIFIKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho.** São Paulo: MAKRO, 1996. 348 p

⁴¹ Ibid.p.15

No final século XX, assistimos uma reestruturação dos modos de produção. Fundamentada sobre uma forte “financeirização do capital”⁴², aliás, esse tem sido mais um fator do monopólio de um grupo reduzido de transnacionais, que tem injetado ou retirado capitais em diversas partes do planeta. São fluxos de capitais voláteis que aparecem e desaparecem dependendo do oportunismo de mercado. Esse processo pode ser mais um fator que conduziu ao aparecimento e desaparecimento do emprego de acordo com os interesses do mercado global.

Na década de 1990 o Brasil foi inserido na financeirização do capital, refletida pela economia mundial. De acordo com Corazza, essa inserção se distinguiu da inserção realizada nas décadas de 1950 e de 1970, devido às mudanças neoliberais ocorridas tanto no contexto financeiro internacional quanto na situação econômica e nos processos das políticas internas. Nos anos da década 1990, prevaleceu o regime de globalização financeira, caracterizado pelas taxas flexíveis de câmbio, o livre movimento de capitais e o financiamento direto do mercado internacional de capitais. Internamente, praticou-se uma abertura financeira ampla, deixando-se a questão do desenvolvimento à mercê das forças de mercado, ao contrário do financeirismo praticado anteriormente que foi caracterizado pela rigidez do câmbio e pelo rigoroso controle legal no processo de entrada de capitais externos.

No entendimento de Corazza, ~~os~~ ~~teóricos~~ Marx, Keynes e Schumpeter, apontaram à acentuada natureza monetária do financeirismo, no sentido de que seu objetivo principal não se definia pela produção de bens úteis às necessidades sociais, mas pela produção e valorização da riqueza abstrata, enquanto riqueza monetária e financeira. Na verdade o novo processo econômico liberalizante se caracterizou por uma forte tendência de dois principais fatores: a mundialização e a financeirização da economia capitalista.

Mas o processo de “internacionalização” das economias prosseguiu e se transformou num processo de “multi-nacionalização”, onde a circulação de mercadorias passou para um segundo plano, cedendo lugar à circulação do capital industrial, na forma de investimentos diretos estrangeiros.

Nesta conjuntura de abertura global, Corazza chamou atenção para o processo de globalização dos mercados, especialmente os financeiros, através dos quais circularam livremente os capitais, movidos pela lógica da valorização financeira, que se impôs sobre as demais atividades econômicas. Prevaleceu aqui o princípio da atratividade, que colocou as

⁴² **Financeirização:** uma economia gerida por alguns grupos transnacionais (oligopolizados/cartelizados) que, na **qualidade de capital financeiro**, procuram controlar a totalidade da cadeia produtiva que assumem, sem limites espaciais sem respeito algum às fronteiras nacionais, tudo isso, otimizado pelas transferências financeiras “internálticas” (NET) em tempo real. Disponível em: <http://www.lppuerj.net/outrobrasil/Docs/2.doc>.

economias nacionais em concorrência umas contra as outras para atrair os capitais externos. A regulação do sistema nesta fase foi entregue aos mecanismos de mercado.

O grande problema, segundo Corazza foi que a tendência à autovalorização do capital monetário a juros procurou abolir o processo produtivo. Desta maneira, o capital atingiu sua forma mais desenvolvida, como capital financeiro e capital fictício, materializado na variedade das moedas, mas principalmente na gama de papéis e títulos, privados e públicos, que constitui a massa de riqueza financeira do capitalismo mundial neoliberal na década de 1990. A volatilidade do capital monetário flexibilizou os empregos de acordo com os interesses dos investidores externos, que dispunham e retiravam os seus investimentos conforme a melhor atração de investimentos no mercado global. Esta hegemonia do capital monetário a juros sobre o processo produtivo precarizou o mercado de trabalho, já que o capital fictício não criou vagas no mercado de trabalho como o capital produtivo geralmente criou historicamente.

Foi neste contexto de globalização financeira, que o Brasil foi inserido no mercado global, no início da década de 1990, de início com o Plano Collor, mas especialmente com o Plano Real em 1994, inaugurou-se um novo ciclo de endividamento e uma nova forma de inserção da economia brasileira nas relações financeiras internacionais. Do ponto de vista externo, o Brasil recebeu pressão decorrente do aumento da liquidez internacional para acertar suas dívidas públicas. E do ponto de vista interno, foi promovida uma ampla abertura comercial e financeira, bem como a elevação da taxa de juros, para atrair um novo afluxo de capitais.⁴³

Os novos fluxos de capitais teriam também a virtude de operar uma reestruturação produtiva da economia brasileira, ao engendrar novo ciclo de investimentos e, por conseqüência, de desenvolvimento nacional. Esses novos investimentos, seriam mais intensivos em tecnologia, fortaleceriam a produtividade, e, por conseqüência, a competitividade externa da economia, elevando as exportações e reduzindo as importações.

Na década de 1990, acompanhando o movimento geral de liberalização, o Brasil mudou radicalmente sua atitude, no sentido não mais de restringir, mas de “seduzir” o capital estrangeiro a ingressar no país. O processo de liberalização, especialmente o comercial, iniciou com o governo Collor, mas a liberalização financeira foi executada, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁴³ CORAZZA, Gentil. A inserção do Brasil na Globalização Financeira – uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm>. Acesso 25 mar. 2006.

Para Corazza a inserção comercial e financeira promovida pelo Brasil, agravou a vulnerabilidade externa a que foi submetida economia brasileira pela estratégia liberalizante do Plano Real. Esta vulnerabilidade se expressou, antes de tudo, pelo contraste do comportamento do PIB e da dívida externa: enquanto o PIB apresentou um desempenho medíocre de apenas 1,8% ao ano, nesta década, a dívida externa bruta se elevou de 93,0 bilhões de dólares, em 1991, para 215,2 bilhões em 1998, o que representou um aumento de sua participação no PIB de 22,0%, em 1994, para nada menos que 40,4% no ano de 1999. Por outro lado, a capacidade de pagamento externo do País, medido pela relação exportações/dívida externa se reduziu fortemente.

Já a Balança Comercial, que era superavitária de 15,3 bilhões de dólares em 1992, passa a acumular um déficit de 8,4 bilhões, já em 1997, em virtude principalmente do crescimento das importações, que passaram de 20,7 bilhões de dólares para 55,6 bilhões no período da década de 1990, havendo chegado a um pico de 61,4 bilhões, em 1997, enquanto que as exportações tiveram um crescimento bem mais reduzido, passando de 31,4 para 55,1 bilhões de dólares no mesmo período.

Esses dados indicaram que houve um aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, na década de 1990, esteve diretamente associado à forma de inserção externa e especialmente à abertura financeira realizada pelo Plano Real, no contexto do novo regime da globalização financeira, onde houve um domínio dos capitais especulativos e voláteis, altamente líquidos e de curto prazo. Seu ingresso pouco contribuiu para o crescimento econômico e sua saída abrupta costuma ainda hoje engendrar uma crise financeira.

Justamente nesse período em que os movimentos de capitais assumiram um caráter essencialmente financeiro, que teve um elevado grau de autonomia face aos valores reais, o governo brasileiro promoveu uma abertura comercial e financeira de natureza claramente liberal e passiva, que deixou o país cronicamente dependente dos movimentos especulativos dos capitais financeiros internacionais.

CAPÍTULO 3

AS NOVAS FORMAS PRODUTIVAS E TAMBÉM AS NOVAS REESTRUTURAÇÕES DA ECONOMIA POTIGUAR

No início do século XX, os principais produtos do Rio Grande Norte, foram os destinados à subsistência, como, o caju, o gado bovino, o suíno e o caprino. Foram destaques os do comércio regional como, o extrativismo da cera da carnaúba e a oleaginosa oiticica. E por fim, os produtos destinados ao comércio exportador tais como, a sheelita, o algodão tipo mocó, a cera da carnaúba, o sal e a cana - de - açúcar. A indústria ⁴⁴ tinha por contribuição 8 % do montante da economia do estado neste período. ⁴⁵

Neste contexto inicial, no século XX, foi evidenciado que a base da economia potiguar era primária, esse setor absorveu 72 % da população economicamente ativa da época. Já a industrial absorveu 8%⁴⁶ do total dessa mão-de-obra.

Até a década de 1970, a economia do Rio Grande do Norte tinha como base a produção voltada para os mercados nacional e internacional. Segundo Santos, em 1970, a principal atividade agrícola potiguar foi à cotonicultura, e o estado assumia a posição de 2º lugar no Nordeste e o 5º lugar no Brasil, além de ser considerado o maior produtor brasileiro de algodão com fibras longas (34 mm a 40 mm). Em 1975, o Rio Grande do Norte produziu 798 mil toneladas de cana - de açúcar com um rendimento 46, 4 toneladas superando os rendimentos médios do Nordeste e do Brasil, que foram respectivamente 43,1 toneladas e 41,6 toneladas.

O sisal em 1977 era 13,7 % da produção agrícola. A cera de carnaúba, produzida nas várzeas do Apodi e do Açu estava destinada ao mercado mundial. A exploração do caju, através dos projetos da Mossoró Agroindústria S/A (MAISA) foi dinamizado industrialmente, e em 1975 foram produzidas 15 000 toneladas de frutos. Em 1979, a SALHA S/A, fábrica de óleo, exportou o óleo da mamona potiguar para os Estados Unidos, Canadá, França, Suíça, Alemanha, China entre outros países, numa produção de 21.000 toneladas/ano.

⁴⁴ Têxtil, alimentar, química, de couros e de minerais metálicos.

⁴⁵ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁴⁶ IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>

Também na exploração mineral o estado teve destaque entre os produtos minerais do Rio Grande do Norte estavam: a scheelita, o mármore, o calcário, diatomita, caulim, sal marinho, petróleo e o gás.⁴⁷

Em 1976, as exportações potiguares para o mercado mundial eram de 21 milhões de dólares, era praticamente, uma produção de matérias-primas industriais oriundas do setor primário da economia.

A população norte-rio-grandense economicamente ativa no ano de 1985 no total de 670.000, foi distribuída, segundo Santos, da seguinte forma:

- a) No setor primário: 237.746
- b) No setor secundário: 155.311
- c) No setor terciário: 276.843

Entre 1988 e 1989, o nível de emprego no Rio Grande do Norte cresceu em 2,78%, decorrente do setor agrícola e da indústria de transformação. Com tudo isso, a economia primária potiguar era muito inexpressiva frente ao resto do país, não atendia nem mesmo o mercado interno consumidor. Até dezembro de 1987, o Rio Grande do Norte importava cerca de 85% dos alimentos consumidos pela população do estado.⁴⁸

3.1. Carcinicultura

Na década de 1990, surgiam novas potencialidades produtivas no estado do Rio Grande do Norte. Uma delas foi cultivo de camarão (Carcinicultura).

A carcinicultura iniciou no Brasil na década de 1970 quando o Governo potiguar criou o *Projeto Camarão* para estudar a viabilidade do cultivo desse crustáceo em substituição à extração do sal. Nesse período inicial, o Estado de Santa Catarina também desenvolveu pesquisas de reprodução, larvicultura e engorda do camarão cultivado e conseguiu produzir as primeiras pós-larvas em laboratórios da América Latina. Esse fato ocorreu devido à mecanização do parque salineiro, que paralisou as pequenas e médias salinas com graves conseqüências sociais no mercado de trabalho.⁴⁹ O desemprego era um dos grandes problemas da região, e as salinas estavam sendo desativadas, foi assim que

⁴⁷ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte* (século XVI ao XXI). 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁴⁸ SANTOS, Paulo Ferreira dos. op.cit..

⁴⁹ Ibid.

descobriram que as salinas ociosas eram úteis para a criação de camarão. Segundo Silva, a partir daí, o governo potiguar de Cortez Pereira (1971 - 1975) decidiu resolver o problema social da área salineira, com um projeto de produção de camarão para pequenos produtores.

Entretanto, a realização do primeiro esforço organizado e orientado para a produção comercial do camarão confinado, foi através da criação do projeto camarão e do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (BDRN) em 1973⁵⁰, que tinha por objetivo testar a viabilidade econômica da carcinicultura. Todo esforço para viabilização da criação de camarão ocorreu no período entre 1978 e 1984 por iniciativa do Governo do Rio Grande do Norte (RN)⁵¹, o qual importou a espécie *Penaeus japonicus*. Neste sentido, o **Projeto Camarão**, foi reforçado, através do envolvimento da Empresa de Pesquisas Agropecuárias do Rio Grande do Norte (EMPARN), que propiciou à inserção do camarão as condições morfo-climáticas da região potiguar.

Foi à primeira fase do cultivo do camarão no Brasil, na qual predominou cultivos extensivos de baixa densidade de estocagem, reduzida renovação da água e uso da alimentação natural produzida no próprio viveiro.

Os melhores resultados foram obtidos pela espécie *Penaeus japonicus* ocorreu nos três primeiros anos dos trabalhos da EMPARN no que concerne à reprodução e larvicultura, e o crescimento e engorda. Estes empreendimentos serviram de base para a mobilização dos mecanismos federais de assistências técnica e financiamento que apoio à iniciativa privada.⁵²

O Primeiro Simpósio Brasileiro sobre Cultivo do Camarão, realizado na cidade de Natal, em setembro de 1981 divulgou o sucesso da espécie importada do Japão. A decisão da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE) de transformar parte de suas salinas em viveiros de camarão constituiu um estímulo importante para outras iniciativas do setor privado.

A melhor adaptação do camarão domesticado começou entre 1978 e 1983, que coincidiu com uma das estiagens mais prolongadas do Nordeste criando condições excepcionalmente favoráveis para o cultivo. A partir de 1984, com o encerramento das prolongadas estiagens e a ocorrência de chuvas intensas e das apreciáveis variações de salinidade nas águas estuarinas, ficaram evidenciadas as intransponíveis dificuldades para

⁵⁰ SANTOS, Paulo Ferreira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁵¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carcinicultura>. Acesso em 12 abr. 2006.

⁵² *Ibd.*

assegurar a maturação, a reprodução e a própria sobrevivência do camarão *P. japonicus* no nosso ambiente tropical. Em 1985/1986 houve um desestímulo na continuidade da produção.

Depois deste período, técnicos e produtores envolvidos no setor partiram para a domesticação das espécies nativas (*L. subtilis*, *L. paulensis* e *L. schimitti*), período este que passa a constituir a segunda fase da evolução da carcinicultura nacional. Neste caso, alguns cultivos passaram a adotar uma maior densidade de povoamento (de 4 a 6 camarões por m² de espelho d'água), taxas de renovação de água de 3% a 7% e alimento concentrado. Durante dez anos de trabalhos de domesticação das nossas espécies, nos quais se demonstrou a viabilidade de importantes aspectos como maturação, reprodução e larvicultura e se trabalhou intensivamente no manejo de água e do solo de fundo dos viveiros, o desempenho produtivo dessas espécies não ultrapassou as médias de 400 a 600 Kg/ha/ano.⁵³

Estes níveis de produtividade traduzidos em termos financeiros mostraram-se apenas suficientes para cobrir os custos diretos de produção das fazendas com melhoria do manejo. Em um bom número de casos, nem sequer se chegou a este nível de cobertura financeira. Nesta fase, ficou demonstrado o bom potencial das três espécies brasileiras e a necessidade de um programa de pesquisa básica e aplicada para melhor caracterizá-las e preservá-las bem como para investigar a fundo sua biologia e reprodução.

Ainda na década de 1980, técnicos e produtores buscaram solução na espécie exótica *Litopenaeus vannamei*⁵⁴. Os trabalhos de validação se acentuaram nos primeiros anos da década de 1990. Esta nova situação caracterizou a terceira etapa da carcinicultura brasileira. O critério básico para a adoção da nova espécie, foi o fato de a mesma ser já cultivada com êxito no Equador e Panamá e haver demonstrado capacidade de adaptação aos ecossistemas de diferentes partes do hemisfério ocidental. Foram obtidos altos índices de produtividade e rentabilidade superiores aos das espécies nativas. As validações tecnológicas foram intensificadas no processo de adaptação do *L. vannamei*, sendo válido afirmar que a partir de 1995/1996 foi dada como válido o cultivo desta última espécie. Portanto a *L. Vannamei* tornou-se a única espécie produzida no Brasil (20 a 50 pós-larvas/m²) Conforme observou W Filho R, sobre a particularidade econômica do novo produto:

(...) “O camarão cultivado se consolida na liderança das exportações do setor pesqueiro nacional e demonstra que pode contribuir para ampliar os

⁵³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carcinicultura>. Acesso em 12 abr. 2006.m

⁵⁴ Ibid.

superávits da balança comercial, captando divisas essenciais para fortalecer a posição financeira do Brasil no âmbito internacional (...)"⁵⁵

A recente atividade comercial do camarão vem se consolidando como uma promissora atividade da região Nordeste. Ainda segundo Waldeck Lisboa Filho e Reginaldo José Carlini Junior, 90% da produção nacional se concentra em fazendas nordestinas, caracterizada pela qualidade e produtividade para competir no mercado neoliberal, principalmente no hemisfério Ocidental, em que o Brasil vem se destacando e despontando com uma alta produtividade.

Ainda de acordo com Waldeck Lisboa Filho e Reginaldo José Carlini Junior, os principais países produtores de camarão em cativeiro estão localizados no hemisfério oriental. Em 2002, China, Tailândia e Vietnã foram responsáveis por 748.750 toneladas de camarão cultivado, o que equivale a 56,76% da produção mundial. Por outro lado, no hemisfério ocidental o Brasil vem se destacando como o principal produtor.

A carcinicultura passou a ser uma das saídas para a geração de emprego, renda e divisas. No que se refere à crescente demanda do produto no mercado internacional, o principal fator deste cenário foi o declínio da produção do camarão marinho. Os principais produtores mundiais de camarão em cativeiro⁵⁶ são em ordem decrescente: China, Tailândia, Vietnã, Índia, Indonésia, Bangladesh, Brasil, Equador, México, Honduras e outros. Nesta perspectiva, o Brasil está em 7º entre os maiores produtores de camarões do planeta. Contudo, vale salientar que o Rio Grande do Norte é o estado de maior produtividade intensiva.⁵⁷

Os maiores importadores de camarão foram os Estados Unidos, os países europeus e o Japão. O Brasil foi o maior produtor de camarão cultivado no hemisfério Ocidental produzindo em torno de 60.128 toneladas, o que representou um total de 4,56% da produção mundial.

O Brasil relativamente teve maior produtividade entre todos os produtores mundiais. A Tailândia que produz 3.421 kg/ha/ano enquanto a China e o Vietnã têm uma produtividade, respectivamente, de 1.158 e 254 kg/ha/ano e estão bem abaixo do Brasil que é de 4 706 kg/ha/ano. O Rio Grande do Norte se destaca com uma produtividade de 5.152 kg/ha/ano 96,48% da produção brasileira. Observe que a produtividade potiguar equivale

⁵⁵ CARLINE JUNIOR, Reginaldo José; FILHO, Waldeck Lisboa; A carcinicultura na Região Nordeste: uma promissora alternativa de diversificação econômica. Cadernos da FACECA. Campinas, jan./jun. 2004..Disponível em: http://www.puccampinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol13_n1_a_carnicultura.pdf. Acesso em 6 abr. 2006.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Diz-se de produção em área reduzida, com técnicas avançadas e alta produtividade

aproximadamente a da China o maior produtor mundial; significa que a produção de camarões potiguar é intensiva, de altos índices de produtividade.

Infelizmente, atendendo as perspectivas do mercado liberalizante, no caso da carcinicultura, o Rio Grande do Norte criou novas tecnologias, através do uso da engenharia genética, deu seqüência ao nascimento de larvas de camarão em laboratório, desta forma, determinou diante das pesquisas científicas a viabilização da produção do camarão em cativeiro e uma nova técnica de produtividade, para que atendesse ao mercado global liberalizante. Porém todo esse esforço desta nova atividade, não elasteceu o mercado de trabalho norte-rio-grandense, que continuou precarizado pelas políticas de baixos custos e de flexibilização dos direitos trabalhistas. Assim, a carcinicultura tornou-se um exemplo potiguar de uma economia com perfeita adaptação ao mercado global, com tecnologia de ponta, e alto índice produção. Mas não conseguiu alcançar aumento de emprego e de renda, como discursava os governos neoliberais, que aumentando a produtividade refletiria no aumento dos empregos.

3.2. Turismo

Em 1969, iniciou-se um marco na estruturação do turismo potiguar, quando na gestão do prefeito de Natal, Agnelo Alves, foi criada através da Lei nº. 1.789, a Secretaria Municipal de Turismo. No final desse mesmo ano, foi asfaltada a estrada que ligava Recife à Natal, e em 1973 foi construído através do governo Cortez Pereira, o hotel Vila do Príncipe na cidade de Caicó/RN.⁵⁸

Até os fins dos anos 1980, o setor terciário no estado do Rio Grande do Norte, limitou-se ao serviço público, destacando-se as atividades básicas de saúde, de educação e o serviço militar. Outras ofertas de empregos giravam em torno do pequeno comércio, que se dava por meio de pequenos empreendimentos, merecendo destaque lojas de departamentos, como as Lojas Brasileiras, as Casas Pernambucanas e as Lojas Americanas.⁵⁹

Em 19 de janeiro de 1981, foi inaugurado o novo terminal rodoviário de Natal, construído no governo Lavoisier Maja. Tratava-se de uma grande obra moderna para facilitar

⁵⁸ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁵⁹ GOMES, R. de C. da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa; SILVA, Valdomiro Pedro da. Estado, turismo e mercado de trabalho. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*, 1 ago. 2002, nº.especial. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>. Acesso 25 jan. 2006.

o transporte no estado e racionalizar o consumo de combustível diante da crise energética do período, mas, paulatinamente foi se abrindo uma nova estruturação do turismo no Rio Grande do Norte.⁶⁰ Na década de 1960, o governo Aluísio Alves havia construído uma rede hotéis⁶¹ que não tiveram muita consequência imediata no estímulo do turismo potiguar. Porém, a partir do governo de Tarcísio Maia foi criada uma nova rede de hotéis em parceria com a EMBRATUR, envolvendo recursos em torno de 100 milhões de cruzeiros, abrindo-se novos rumos ao turismo norte-rio-grandense.⁶²

Na década de 1980, as grandes belezas naturais do Nordeste passaram a ser contempladas mais constantemente pelos visitantes. Paisagens estas, que sugeriam imagens cinematográficas, passaram a ser transformadas em potencialidade do turismo nos estados nordestinos, principalmente na maioria das suas respectivas capitais.

Mas o principal divisor de águas na fomentação do turismo no estado do Rio Grande do Norte em 1980, aconteceu no momento da construção da Via Costeira. Até então os principais pólos de destino turísticos eram as cidades de Salvador, Porto Seguro, Fortaleza, Recife e Maceió. Anteriormente o turismo potiguar era acanhado baseava-se em hotel-referência como o Hotel Reis Magos implantado durante governo de Aluísio Alves, ainda nos anos de 1960.⁶³

A atividade turística passou a ser vista como uma excelente alternativa de geração de emprego e renda. Segundo Silva, novos empreendimentos foram realizados, como a construção da Ponte de Igapó, criou-se, assim, as condições necessárias para se viabilizar o fluxo de automóveis que se dirigiam para a praia da Redinha e litoral Norte, importantes espaços de lazer da sociedade potiguar; e também a pavimentação da estrada que ligava Natal à Barreira do Inferno, local de lançamento de foguetes.

Ainda segundo Silva, no período em 1977 durante o governo Tarcísio Maia, surgiu o projeto Parque das Dunas-Via Costeira (PD/VC) que foi a primeira grande ação intervencionista do estado, com objetivo de desenvolver o turismo no Rio Grande do Norte. Em 1991 surge o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

⁶⁰ SILVA, Anieres Barbosa et al. Estado, turismo e mercado de trabalho. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*, 1 ago. 2002, n.º especial. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>. Acesso 25 jan. 2006.

⁶¹ Um hotel Internacional dos Reis Matos, em Natal, um Hotel Mossoró e um Hotel intermediário em Angicos.

⁶² SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁶³ Durante o governo Aluísio Alves privilegiou-se a política urbano-industrial até então a economia estadual era de cunho agrícola.

(PRODETUR/NE), que influenciou na realização dos projetos Rota do Sol⁶⁴ e o Pólo turístico Costa das Dunas (PD/VC).⁶⁵

O primeiro grande projeto voltado para o turismo foi realizado no governo Lavoisier Maia, que foi o PD/VC, que ocupou uma área de aproximadamente 8,5 km de costa ligando as praias de Ponta Negra e Areia Preta, no litoral sul de Natal. Caracterizou-se pela implantação de uma infra-estrutura hoteleira de grande requinte. Acima do asfalto construído, o lado ocidental, estava composto por uma região de dunas, isoladas da depredação ambiental e imobiliária. Enquanto que, abaixo do asfalto – lado oriental, margeando o Oceano Atlântico, construiu-se uma rede de hotéis de luxo.⁶⁶ A grande infra-estrutura do turismo potiguar PD/VC, foi construída a partir de 1980 e inaugurada em 1984, a implantação deste projeto constitui um marco na evolução no turismo na costa norte-rio-grandense.⁶⁷

O PRODETUR-NE criado em 29 de novembro de 1991, pela portaria número 001, tendo sido uma iniciativa da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com apoio da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).⁶⁸ Tinha por objetivo a dinamização do turismo no Nordeste com a implantação do rigor de um turismo encarado com mais profissionalismo e competitividade, como uma das soluções a grande crise inflacionária nacional que precedia a década de 1990.

A Rota do Sol, implantada pelo PRODETUR-NE no início dos anos 90, tratava-se de um projeto viário, que promoveu à comunicação entre as praias do sul do Rio Grande do Norte e o núcleo turístico potiguar, a cidade de Natal. Era mais um acesso a mais uma das belezas naturais do estado. A área passou a se desenvolver através do surgimento de vários tipos de infra-estruturas voltadas ao turismo. Tais como: chalés-pousada, restaurantes, associações de entretenimentos e etc. Com isso, dinamizava-se mais oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho turístico.

As aplicações das políticas públicas de turismo marcaram a fase de expansão da atividade turística no costa potiguar, o êxito desta política pública de turismo possibilitou à atração de investimentos grupos nacionais e internacionais, inerente as políticas neoliberais que visava à atração de capitais.⁶⁹

⁶⁴ Construção de uma rota viária que ligava Natal (ponto irradiador do turismo potiguar) as praias do litoral sul.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.parquedasdunas.rn.gov.br/historico.asp>

⁶⁶ Disponível em: <http://www.parquedasdunas.rn.gov.br/historico.asp>

⁶⁷ FONSECA, Maria Aparecida Pontes de. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: Ed. UFRN, 2005.

⁶⁸ GOMES, R. de C. da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa; SILVA, Valdomiro Pedro da. Estado, turismo e mercado de trabalho. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais*, 1 ago. 2002, n.º especial. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>. Acesso 25 jan. 2006.

⁶⁹ FONSECA, Maria Aparecida Pontes de. op. cit.

De acordo com Fonseca, os investimentos nacionais aplicados no turismo potiguar foram procedentes dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás entre outros. Já os investimentos externos, vieram do grupo português Pestana, que implantou o "Pestana Natal Beach em Natal (na via costeira); do grupo espanhol Serhs, que construiu outro hotel na via costeira; o grupo italiano Club Vacanze. Os portugueses destacam-se como maiores investidores no turismo norte-rio-grandense. É provável, que os lusitanos, já investiu cerca de R\$ 100 milhões em atividades turísticas do estado.

Ocorreram mudanças no campo das relações do trabalho em atividades turísticas no RN, tais como: (a) o trabalho foi baseado na ideologia da "qualidade total"⁷⁰, (b) atividade laborial foi feita em conjunto entre setor de gestão da empresa e o setor de produção, (c) transferiu-se as atividades da empresa para terceiros para que, diminui-se os custos e que fosse agilizada a produção. A terceirização dos serviços turísticos, foi uma forma do empresário enfrentasse os direitos legais do trabalhador para diminuir os custos das atividades, essas medidas precarizou o mercado de trabalho turístico potiguar, o que se observou foi alta rotatividade sazonal do trabalhador e períodos trabalhados na clandestinidade sem a carteira trabalho assinada. O que caracterizou a década de 1990 foi o grande número de trabalho temporário, emprego feminino em escalão inferior, alto índice de trabalhadores clandestinos, baixa remuneração comparado com outros seguimentos econômicos, elevado número de horas trabalhadas e baixa sindicalização.⁷¹

O turismo norte-rio-grandense fomentou consideravelmente a partir de 1996 o número de empregos formais gerados no seguimento da alimentação (92,73%), agência de viagens (34,41%), e alojamento (18,51%). Contudo, o discurso neoliberal sobre o aumento do mercado de trabalho a partir da abertura a novos investimentos, não condiz com os dados apresentados no que se refere aos empregos formais. Provavelmente, os empregos informais apresentaram um crescimento mais significativo em função do crescimento da atividade turística.⁷²

Neste contexto, Silva percebeu que houve um aumento do trabalho informal, com longas horas de labor, sem nenhuma regulamentação legal, cujo ganho salarial permitia apenas uma precária forma de sobrevivência do trabalhador na indústria do turismo potiguar.

⁷⁰ Conjunto de características de todo produto e serviço ou relação planejada, praticada e verificada, visando superar as "expectativas de satisfação das pessoas envolvidas". Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/principal/abrindo%20seu%20neg%C3%B3cio/orienta%C3%A7%C3%B5es/cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20empresas/qualidade_total.aspx

⁷¹ FONSECA, Maria Aparecida Pontes de. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: Ed. UFRN, 2005.

⁷² Ibid.

Na verdade, o turismo no Rio Grande do Norte proporcionou à geração de empregos em regiões que sofriam excesso de mão-de-obra, ou seja, mão-de-obra em ociosidade. O setor de serviços turísticos cresceu largamente nas áreas litorâneas do estado impulsionadas pela esplêndida beleza proporcionada pela natureza. Em 1995, a receita do turismo no Rio grande do Norte foi de 89.041.248,00 dólares. O fluxo turístico para Natal, considerando todas as modalidades de hospedagem, foi de 737.342 hóspedes.⁷³

O programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR) financiado pelo Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), a partir de 1996, atendeu a grandes e médias empresas da região, inclusive, segmento de hotelaria das capitais nordestinas. Essa medida melhorou, mais ainda, a infra-estrutura turística do estado potiguar.

De acordo com Santos, em 1996, houve uma preocupação, por parte do secretário estadual do turismo, Ivaldo Bezerra, com a qualidade dos serviços prestados ao turista no Rio Grande do Norte. Para isso, a secretaria do estado, criou um curso pré-profissionalizante, na área de qualidade da prestação de serviços de hotelaria, na antiga rede ferroviária federal, localizada na Ribeira, para alunos do primeiro grau. E em 1998 reformou o Hotel Barreira Roxa que foi transformado em uma escola de turismo. Na verdade, era uma preocupação com a qualidade do turismo potiguar, fruto da competitividade de um mercado livre.

Em 2002, o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷⁴ comprovou o crescimento econômico, do Rio Grande do Norte, em atividades comerciais e prestação de serviços, entre 1998 e 1999. Neste período, surgiu um total de 3.740 empresas de serviços no estado, empregando 37.191 pessoas e gerando uma receita bruta de R\$ 973,9/ trabalhador.

Naturalmente, com os esforços do governo potiguar, implantando novas infra-estruturas direcionadas ao desenvolvimento do turismo, tiveram por consequência o aumento de novas perspectivas de emprego. Contudo, o discurso político neoliberal não traduz que se trata do pleno emprego com direitos a alimentação adequada, a moradia, a saúde e a educação, e sim do subemprego que atende as necessidades mínimas de sobrevivência alimentar, prática de uma economia liberalizante que visa baixar custos, inclusive os rendimentos do trabalhador.

⁷³ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte* (século XVI ao XXI). 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/dissemin.htm>

É notado um grande crescimento do emprego informal no setor turístico potiguar, sobretudo, o de comércio de produtos destinados ao turista (redes de dormir⁷⁵, bolsas de palhas artesanais, chapéus de palha ou couro, colares, pulseiras e etc.). Na área gastronômica, surgiam também os pequenos ambulantes comercializando: espetinhos de carnes, coquetéis de bebidas, gíngua (peixe da região) com tapioca, sanduíches naturais, coco verde, cocada, sorvetes, salada de frutas, e etc. Esses trabalhadores informais estavam expostos a fiscalização pública sobre seus serviços, através da cobrança de impostos sobre serviços (ISS) e também quanto ao uso de documentos legais para comercializar e trafegar com suas mercadorias. E ainda enfrentavam a sazonalidade do turismo (dependente da alta e baixa estação).

O turismo entrou em pleno desenvolvimento na costa do Rio Grande do Norte, tornando-se rentável para aqueles, inclusive estrangeiros, que podiam investir. Entre os setores sujeitos a investimentos estavam hoteleiros, as empresas aéreas, e de locação de automóveis entre outras. Neste período houve grandes somas de investimentos capitais estrangeiros privados, injetados em hotéis, pousadas e restaurantes, e no mercado de imóveis valorizado pela especulação do euro tornando a área de Ponta Negra, o metro quadrado mais caro da cidade de Natal.

Na conjuntura do mercado global, a chamada “**Finãceirização**” ou capitais transnacionais se infiltraram em vários setores da economia, inclusive os novos setores da economia potiguar. Neste contexto, os capitais que atraíram para si grandes somas de lucros inerentes à exploração das tradicionais e novas forças econômicas implantadas no estado norte-rio-grandense. Porém, praticaram estratégias neoliberais visando maximizar lucros e competitividade com o mercado externo sem se importarem com a qualidade de vida do trabalhador nativo, e muito menos com sua empregabilidade, mas com o melhor retorno para seus investimentos financeiros.

Os trabalhadores potiguares foram sendo transformando num batalhão de proletários, com baixos rendimentos salariais para atender uma economia liberalizante que visa lucros através flexibilização das relações de trabalho, para baixar custos da mão de obra, dos insumos empregados na produção, e também do desmonte do direito jurídico do trabalhador. Esse processo ocorreu para atender um mercado internacional exigente e competitivo. Este cenário lembra o início da Primeira Revolução Industrial, na imagem de trabalhadores desprovidos de qualquer direito diante de sua força laboral.

⁷⁵ Entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, etc., com aberturas regulares, fixadas por malhas malha, formando uma espécie de tecido. (Ferreira, 1999)

3.3. Fruticultura

Uma outra região do estado que desenvolveu uma maior produtividade através de uma nova reestruturação, foi a meso-região do Oeste Potiguar composta pelas microrregiões de Chapada do Apodi, Médio Oeste, Mossoró, Pau dos Ferros, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu.⁷⁶ Esta meso-região ficou conhecida pela fruticultura tropical irrigada. A região já produzia frutas, porém passou-se a usar novas técnicas, sobretudo a irrigação da terra.

O Ministro da irrigação assinou, em 13 de abril de 1987, um convênio com o governo do estado, o programa inicial de irrigação do Rio Grande do Norte, foi envolvido na ocasião um investimento de 15 milhões de dólares, para tal.⁷⁷

Um importante pólo econômico da fruticultura tropical irrigada, foi a região polarizada pela cidade de Mossoró reconhecida pelo Ministério da Agricultura, desde 1990, como Área Livre da praga *Anastrepha Grandis*, mais conhecida como "Mosca da Fruta".⁷⁸ Essa condição facilitou a entrada dos produtos em mercados consumidores mais exigentes, como a Comunidade Européia, Estados Unidos e o Japão. O destaque ficou com o melão. O Rio Grande do Norte respondeu com 90% da produção brasileira de frutas destinadas a exportação.

A Mesoregião tem sido considerada uma grande geradora de emprego. De acordo com o Comitê Executivo de Fitossanidade do Rio Grande do Norte (COEX) no decorrer da década de 1990 a fruticultura irrigada gerou 24 mil empregos diretos e outros 60 mil de forma indireta.

A área polarizada por Mossoró inclui os municípios de Baraúna, Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Tibau, Grossos, Areia Branca e Caraúbas. As duas maiores empresas, que exploravam a fruticultura irrigada, desde a produção até a exportação, são a Nolen e a Del Monte.

A fruticultura irrigada tem impulsionado o desenvolvimento de novos pólos econômicos. O Pólo Açú/Mossoró, localizado na região Oeste do Rio Grande do Norte, abrigou empresas como a Mossoró Agroindustrial S.A. (MAISA) e a Frutas do Nordeste Ltda.

⁷⁶ Disponível em: "http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Oeste_Potiguar

⁷⁷ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte* (século XVI ao XXI). 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.prefeiturademossoro.com.br/economia.php>

(FRUNORTE) ⁷⁹. Esse cenário tem propiciado diversos tipos de relações de serviços contratuais entre produtores e a agroindústria.

Segundo Silva, os contratos de produção foi à forma de integração mais comum entre a agroindústria e os produtores, no pólo produtor Açú/Mossoró. A agroprodução avançou em termos tecnológicos, adaptou-se a um mercado global mais exigente. Temos como exemplo a mecanização das várias etapas do processo produtivo, adoção de insumos modernos, padronização de determinados cultivos e novas formas de organização e gestão do trabalho, atingiu um amplo conjunto de trabalhadores do campo que vêm experimentando mudanças tanto de ordem tecnológicas como nas relações sociais. Isso alterou de forma positiva as precárias e antigas condições rurais, principalmente do pequeno produtor. A fruticultura melhorou condicionando a uma melhor forma de produção, alcançou altos índices de produtividade. Mesmo tendo criado uma melhoria, comparada à forma anterior de produção, a nova fruticultura irrigada continuou a precarização da vida do pequeno produtor rural. Tudo acontecia em torno do parco ganho do produtor com a sua atividade que era espremido pelos contratos unilaterais para baixar custos e os altos lucros alcançados com o novo processo e eficiência de produção imposta pela competitividade do mercado.⁸⁰

Contudo, o que estamos presenciando é uma "uniformização operária" do pequeno e médio produtor rural. Ou seja, a propriedade da terra, fica no âmbito das formalidades, quem comanda, e determina regras de contrato e preço, é a agroindústria ligada ao mercado neoliberal, que tem por principal preocupação baixar custos ao máximo, inclusive o custo da mão-de-obra.

No processo de desenvolvimento da mecanização rural, os meios das relações contratuais também avançaram; entre quem produz e quem exporta, segundo Silva, surgiram vários tipos de contratos regidos e impostos pelas empresas agro-exportadoras e compradoras da produção interna: condições de entrega e de preço, assistência técnica fornecida pelos agro-exportadores, controle dos métodos de produção. Esses acordos foram impostos aos produtores potiguares. Ainda nos acordos contratuais, as empresas agro-exportadoras financiaram a montagem de uma infra-estrutura de produção, como também novas formas de técnicas que beneficiou a qualidade e a produtividade.

⁷⁹ SILVA, José Nunes da et al: Terceirização da produção de frutos tropicais nos pólos irrigado: uma alternativa pra pequena produção? EMBRAPA, 23 abr. 2000. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/silvajn/PAPER0622.PDF>. Acesso em 4 abr. 2001

⁸⁰ Ibid.

Apesar da produção agrícola tradicional tivesse sido rudimentar destinada ao precário abastecimento do mercado interno, o novo avanço da mecanização e do aumento da produção, refletido pelo mercado liberalizante acarretou o desaparecimento da autonomia do pequeno e médio produtor rural sobre sua própria propriedade, agora controlada pelos contratos das empresas agro-exportadoras. Para o agro-exportador, a imposição contratual sobre a área de produção, facilitava o controle sobre a competitividade, à qualidade e sobre os preços praticados no mercado internacional, já que os contratos entre produtor e exportador eram claramente unilaterais.

O mercado potiguar ganhou aumento de produtividade e acréscimo nas exportações, foi claro o avanço econômico, porém foi questionável o pequeno e precário avanço social diante da redução de custos dos preços em prol da competitividade e controle contratual dos meios de produção.

Na verdade, os ganhos dos produtores potiguares estiveram ligados às variações das condições exigidas, tais como: produtividade, qualidade, entrega em tempo contratual etc. O que aconteceu foi um continuísmo do prevaecimento dos interesses da elite detentora do capital e de investimentos sobre a necessidade de sobrevivência do produtor e do trabalhador rural. Pois, os produtores trabalharam nos limites dos seus rendimentos, pressionados pela exigência técnica e dos baixos custos relativos à concorrência de mercado. Portanto os rendimentos para o trabalho rural foram comprimidos entre o custo de produção e a flexibilização, sempre para baixo, dos custos de produção para atender aos preços de mercado.

A Souza Cruz S.A., aumentou a produção de fumo na região de Parelhas, fez contratos com produtores que detivesse toda mão de obra e infra-estrutura, a fim de pagar mão-de-obra terceirizada.⁸¹ A terceirização, ou contratar serviços de terceiros, livrava a empresa de gastos com encargos sociais com o trabalhador.

Desde 1980, acontecia o processo de globalização da microrregião do Vale do Açu, no estado do Rio Grande do Norte, quando foi construída a Barragem Armando Ribeiro. Neste momento, o governo incentivou as realizações de projetos de irrigações através da iniciativa privada orientada para o mercado, com o uso de tecnologias e grandes capitais. A meso-região do Oeste Potiguar passou a produzir frutas de qualidade destinada à exportação. Na década de 1990 acontecia a desregulamentação do setor agrícola que possibilitou a entrada

⁸¹ SILVA, José Nunes da et al: Terceirização da produção de frutos tropicais nos pólos irrigado: uma alternativa pra pequena produção? **EMBRAPA**, 23 abr. 2000. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/silvajn/PAPER0622.PDF>. Acesso em 4 abr. 2001

da multinacional Del Monte no Rio Grande do Norte, e consolidou a região como área dependente direta do sistema global de internacionalização.⁸²

Na verdade, os pequenos produtores, desapropriados do grande bolsão da barragem Armando Ribeiro, foram assentados em novas localidades. Contudo, mesmo com muita água acumulada, precisou-se de novos investimentos para começar a irrigação. Com a falta de recursos do governo e a impossibilidade de investimentos desses pequenos produtores, abria-se uma grande lacuna, para a entrada de novos investimentos de capitais privados externos.

De acordo com Albano, a partir do Governo Collor em 1990, o Brasil desregulamentou rapidamente os mercados agrícolas, diminuindo assim drasticamente os recursos destinados ao financiamento agrário, abrindo de sua responsabilidade, ou fugindo da responsabilidade do governo na questão sócio-econômica agrária. Os estados em desenvolvimento agrícola passaram a buscar a livre iniciativa para adquirir financiamentos privados. Abrindo assim caminho para a “financeirização”⁸³ do mercado agrícola potiguar.

No entendimento de Albano, a multinacional chamada Del Monte Fresh Produce “engoliu” financeiramente pequenos produtores dos municípios de Ipanguaçu, Açu e Carnaubais no Vale do Açu e passou a produzir banana para exportação. Essa empresa era parte de um oligopólio, alcançou a terceira posição na exportação mundial desta fruta. Na verdade, as nossas potencialidades econômicas agrárias transformaram-se em “fundo de quintal”, para o capital estrangeiro. Ou seja, as nossas potencialidades econômicas consideradas, no Vale do Açu ou em todo Brasil, foram sendo infiltradas pelo capital estrangeiro devido à falta de capacidade de investimento financeiro do governo federal, estadual, municipal ou mesmo dos produtores nacionais. Poderíamos chamar isso de “Neocolonização”? A nossa potencialidade econômica exploradas pelo capital estrangeiro.

Esse é um momento em que o Estado entra com a infra-estrutura para viabilizar a entrada de grandes empresas principalmente externas encarregadas na produção de potencialidades exportáveis, segundo a cartilha do FMI. Também aconteceu a desregulamentação completa do setor agrícola, dessa vez imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que possibilitou a entrada da multinacional Del Monte, que passou a

⁸² ALBANO, Gleydson Pinheiro. *Globalização da agricultura: um estudo de caso no Vale do Açu-RN*. 2004. Monografia (Mestrado em Economia) Curso de Ciências Econômicas da UFRN, Natal, 2004.

⁸³ Economia gerida por alguns grupos transnacionais (oligopolizados/cartelizados) que, na qualidade de capital financeiro, procuram controlar a totalidade da cadeia produtiva que assumem, sem limites espaciais sem respeito algum às fronteiras nacionais, tudo isso, otimizado pelas transferências financeiras “internálticas” (NET) em tempo real. Disponível em: <http://www.lppuerj.net/outrobrasil/Docs/2.doc>.

exercer o controle direto da área destinada à produção de bananas. É dada à inserção do Vale do Açu no mercado Global.

De acordo com as estatísticas da Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte, no ano de 1998, exportaram-se apenas seis variedades de frutas, o melão, a castanha do caju, a manga, a banana, a melancia e o abacaxi. As exportações dessas frutas cresceram 18,94%, neste ano, com uma receita de 47,3 milhões de dólares. Neste ano o estado potiguar ultrapassou, no geral, a cifra de 100 milhões de dólares em exportações, e essas teve um crescimento de 8,8% contra um declínio de 3,5% das exportações nacionais.⁸⁴

Vale salientar, segundo informações dadas por Santos, que a produção da banana potiguar é um exemplo clássico de monopólio⁸⁵. Produzida por uma única empresa, a Del Monte Fresh Produce, na região de Ipanguaçu. A banana do estado em 1998 deu uma receita ao estado potiguar de 2,2 milhões de dólares em exportação, foram 10 mil toneladas de bananas exportadas. O incrível é que o livre mercado, a livre concorrência e a competitividade, pregada pelos governos neoliberais, neste caso desapareceram, e aparecem grupos que monopolizam o mercado, era o reflexo da força dos detentores do capital financeiro. A Del Monte Fresh Produce, essa empresa que era parte de um oligopólio⁸⁶, que foi destacada como terceira exportadora mundial de bananas. Em suma, eram empresas que trabalharam desvalorizando a mão-de-obra, na intenção de baixar custos, usaram tecnologias de ponta e produziram entre limite do custo de produção e o custo de compra do produto, oferecendo pequenas margens lucros ao produtor ao produtor local. Enquanto no mercado externo, ditaram as regras de preços, em função do controle monopolista.

O Projeto de irrigação do Baixo Açu propiciou a destruição do sistema de agricultura tradicional castigada pela seca e gerando atividades de trabalho sazonal. Historicamente, a mão-de-obra do Vale do Açu era caracterizada por uma mão-de-obra livre, porém assalariada. No inverno, os produtores rurais trabalhavam a sua pequena propriedade em atividades de subsistência, quando chegavam à seca iam trabalhar na colheita de palha da carnaúba, na coleta do sal ou na atividade ceramista. Através da iniciativa do governo potiguar dava-se iniciou a destruição do antigo sistema de produção e de trabalho, para que fosse implantado o projeto da fruticultura irrigada no Vale do Açu. O mercado de trabalho da tradicional atividade agrícola foi destruído a partir da desapropriação camponesa pelo

⁸⁴ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte* (século XVI ao XXI). 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁸⁵ (a) Situação de mercado em que um só vendedor controla toda a oferta de uma mercadoria ou de um serviço; (b) Controle exclusivo de uma atividade, atribuído a determinada empresa ou entidade; (c) A atividade da qual se atribui controle exclusivo; (d) Açambarcamento de um mercado, para obtenção de preços altos.

⁸⁶ Essa empresa é parte de um oligopólio, sendo a terceira exportadora mundial desta fruta. (FERREIRA, 1999).

DNOCS, a mão-de-obra tradicional afastou-se da região inchando periferias como as da grande Natal.⁸⁷

Dado a instalação das novas empresas da fruticultura irrigada, de acordo com Boneti, se se reestruturou as relações de trabalho. A forma, mas comum da relação de trabalho, no vale da agricultura irrigada potiguar, foi à chamada "tarefa ou empreitada" era definida pelos números de fileiras plantadas, limpas ou colhidas.

As empresas da exploração da fruticultura irrigada, geralmente fugiam das responsabilidades dos direitos legais do registro do trabalhador. Em 1993, o Sindicato dos Trabalhadores (STR) denunciou que a empresa FINOBRASA Agroindustrial S.A., localizada na região de Ubarama, município de Ipanguaçu, cultivava manga, acerola, tinha mais de 80 empregados com mais de 90 dias sem registro de trabalho na carteira. Era uma nova etapa da economia agrícola do oeste potiguar, de caráter neoliberal, onde se propagou o descumprimento da legislação trabalhista e a preferência pela mão-de-obra infantil de baixo custo salarial, por parte das empresas agro-exportadoras do Baixo Açu.

Neste contexto as transnacionais se instalaram no Rio Grande do Norte para explorarem da melhor forma as potencialidades econômicas do estado. Esses grupos ou empresas estrangeiras passaram a controlar a conduta técnica dos produtores e suas propriedades rurais na condução de uma melhor estrutura produtiva e absorveram a maior parte da lucratividade do mercado. Já para produtores e trabalhadores rurais, restaram os lucros espremidos pela competitividade do mercado global e o subemprego⁸⁸. A tecnologia avançou, aumentou a produtividade, porém os produtores rurais se tornaram fantoches e, sem poder de barganha nas mãos dos empresários agro-exportadores. Na verdade, foi uma exploração forjada de acordo com o discurso e a lógica neoliberal de desenvolvimento que através do livre mercado, investidores estrangeiros aumentariam a produtividade adotando a racionalização, a mecanização e a qualificação técnica e profissional, a exploração dos recursos e potencialidades da economia norte-rio-grandense, porém, o produtor rural, nativo, ficou a mercê dos baixos custos estabelecidos em contrato, tanto da mão de obra como na operação produtiva.

⁸⁷ BONETI, Lindomar Wessler. **O sistema das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. Ed. UNIJUI, 1998.

⁸⁸ Situações de pessoas que, embora tenham ocupação remunerada, exercem atividades de baixa produtividade, como, por exemplo, vigia de automóveis, ou só têm emprego parte do tempo, como certos trabalhadores rurais. (FERREIRA, 1999)

3.4. Petróleo

Desde 1956, o estado do Rio Grande do Norte potencializava mais um dos seus recursos naturais, o petróleo, através da Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), empresa de exploração de petróleo comandada pelo governo federal. Nos anos de 1990, a exploração e comercialização do petróleo potiguar estavam sendo adaptadas as exigências do mercado global. A PETROBRAS liderou um processo de reestruturação que resultou fundamentalmente em mudanças organizacionais, que acelerou uma maior automação e implantou a terceirização dos seus serviços.

Inicialmente, em 1946, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e depois a PETROBRAS, fizeram vários sistemas de reconhecimento do solo potiguar, inclusive perfurando poços, encontraram vestígio de óleo mas sem nenhuma potencialidade comercial. Em janeiro de 1956 a PETROBRAS perfurou o primeiro poço, na localidade rural de Gangorra (poço G-1 RN), sem sucesso. Até, que em 1979 é perfurado o primeiro poço produtor de petróleo na região de Mossoró, localizado nas proximidades do Hotel Thermas.⁸⁹

E em março de 1974, a PETROBRAS descobriu petróleo no litoral potiguar, despertando naquele momento, o interesse político para que o estado norte-rio-grandense passasse receber royalties da PETROBRAS e construísse a sua primeira refinaria.⁹⁰ O primeiro interesse foi conquistado, apesar que, de acordo com Santos, os royalties pagos pela Petróleo Brasileiro, foram bastante irrisórios comparado a milhões de dólares gerados com a produção de petróleo. Já a refinaria, nunca foi construída, pois apesar do grande potencial potiguar na produção petrolífera, faltou uma boa infra-estrutura portuária no estado e de um bom meio transporte para o escoamento dos produtos derivados do petróleo, além da dificuldade do refino do nosso petróleo explorado em na bacia potiguar, que era mais denso do que o de origem árabe, por essa razão o nosso petróleo era mandado para ser refinado no exterior. No entanto, a não construção da refinaria no Rio Grande do Norte deixou de gerar um novo mercado de trabalho no estado potiguar.

Em 1986, com descoberta da Bacia petrolífera do Canto do Amaro (BR-110 - Mossoró - Areia Branca), o Rio Grande do Norte passou a condição de maior produtor de petróleo em terra do Brasil, e o segundo maior produtor de petróleo a nível nacional. O estado

⁸⁹ Prefeitura de Mossoró. Disponível em: <http://www.prefeiturademossoro.com.br/economia.php>

⁹⁰ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

potiguar produzia, em média, 93 mil barris/dia. Só na Bacia do Canto do Amaro foram produzidos 47.000 barris por dia, em torno de 3.500 poços perfurados.⁹¹

Desde quando a bacia petrolífera de Campo do Amaro entrou em atividade, o petróleo, passou a ser o produto de maior representação da economia potiguar. Os 3.500 poços perfurados nela garantiram uma produção média de 47 mil barris de petróleo por dia. Isso tornou Mossoró a cidade campeã em recebimento de royalties da PETROBRAS no estado. A cidade recebeu, em média, R\$ 1,8 milhões / mês. Recursos que proporcionaram melhorias na infra-estrutura urbana do município.

Na década de 1980, a inflação brasileira batia recorde de 112% ao ano, e o PIB crescia em 8,5%. No ano de 1989, a economia apresentava um surto inflacionário de quase 100% ao mês, e não mais ao ano, era uma situação econômica crítica sem precedentes na história do Brasil⁹². Esse quadro refletia na incapacidade financeira do governo diante dos problemas sociais básicos. Segundo Santos, ocorriam grandes déficits no balanço de pagamento nas contas do governo, enorme dívida externa e interna. Existia uma grande quantidade de estatal que aumentavam os gastos públicos. Os anos de 1980 eram críticos para economia brasileira-potiguar. A incapacidade do governo de gerir programas sociais, como educação, saúde e geração de emprego e renda eram claramente visíveis. Para solucionar esses problemas, o governo abria as portas para o mercado externo, como tentativa de nos adequar aos avanços tecnológicos do mundo exterior e a economia de mercado, aumentando assim a competitividade e a produtividade. A tese inicial, seria que através de uma economia forte venceríamos as graves crises sociais, inclusive o desemprego.⁹³

No final dos anos de 1980, era refletida a crise brasileira na PETROBRAS. Em 1989, a estatal do petróleo cresceu 22% em relação a 1988, a produção em terra era de 3.346,948 m³, crescimento refletido pelo ótimo desempenho da bacia petrolífera potiguar do Canto do Amaro. Contudo, a PETROBRAS acumulava um défict de caixa que registrava a sua dificuldade econômica em face a desvalorização nossa moeda perante ao dólar e da defasagem dos preços dos combustíveis pelo não reajuste diante dos preços externos.⁹⁴ Neste contexto, a estatal do petróleo fez parte de um plano do governo para se adaptar ao mercado global saindo assim, da crise em que estava.

⁹¹ SANTOS, Paulo Ferreira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p.

⁹² Ibid.

⁹³ Produto Interno Bruto

⁹⁴ SANTOS, Paulo Ferreira dos. op. cit., p. 333

Apesar de toda a tecnologia empreendida pela PETROBRAS, é sabido que faltam, educação, saúde e trabalho para maioria da população local, na verdade existiu um grande fosso, entre o avanço social e o grande avanço tecnológico e produtivo. Historicamente o avanço tecnológico e produtivo sempre teve um bom desempenho em detrimento do avanço social.⁹⁵ O governo neoliberal transferiu várias de suas responsabilidades para a iniciativa privada por falta de recursos públicos e endividamentos do Estado. Para sair da crise, o governo resolveu abrir as portas para o capital estrangeiro. Entretanto, reestruturou e adequou a PETROBRAS a economia de mercado.

A categoria de trabalhadores petroleiros sofreu um revés a partir do governo Collor com a implementação da sua política neoliberal/privatista. O trabalhador petroleiro era confrontado com a nova palavra de ordem o "enxugamento" das empresas estatais tornando-as competitivas ou mesmo privatizando-as. O governo Collor, aclamou que os trabalhadores estáveis, eram marajás. No entendimento de Romão Collor passou a perseguir os trabalhadores públicos considerados estáveis, inclusive os que trabalhavam na PETROBRAS::

(...) Collor, a partir do alibi de caça aos marajás, elege os trabalhadores, suas conquistas e seus salários, como vilões da crise do país, criando um clima propício ao arrocho salarial, à desregulamentação de direitos trabalhistas, e à privatização das estatais (...)⁹⁶

A palavra de ordem passou a ser enxugamento, através das reduções de despesas com manutenção de estoques, da folha de pagamento, ou seja, arrocho salarial, redução de pessoal, através dos Planos de Demissões Voluntárias (PDV's) e prêmios para aposentadorias. Tinha-se em mente baixar custos para entrar na global competição.

Nos anos de 1990, a PETROBRAS liderou um processo de reestruturação que resultou fundamentalmente em mudanças organizacionais, que aceleraram a automação e implantaram a terceirização dos serviços. Tudo isso, na intenção de diminuição dos custos da produção. A política de redução de custos, precarizou as condições de trabalho.

⁹⁵ ROMÃO, Frederico Lisboa. A globalização e seus reflexos sobre os trabalhadores "estáveis": petroleiros da Fafen/Petrobrás. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS. Jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a09n6.pdf>. Acesso em 6 mar. 2006. p. 200 -220.

⁹⁶ Ibid.

O processo de precarização, segundo Romão, retirou direito da legislação trabalhista e deteriorou as condições de trabalho, se mostrando como um processo continuado, medidas eram tomadas terceirizando serviços e demitindo em massa a mão-de-obra em atividade. Ainda hoje, Circula projetos no Congresso Nacional que visam desregulamentar o mercado de trabalho cada vez mais. Apesar das disparidades que foram registradas em termos de custos, entre os trabalhadores terceirizados e os ligados pelos encargos sociais a PETROBRAS, a instabilidade do trabalho já passava a ser uma realidade dos dois lados.

Romão entendia que, no processo de abertura comercial, o governo Collor permitiu a concorrência predatória de empresas internacionais com as empresas nacionais. As empresas domésticas para se defender passaram a fazer reestruturações através das adequações necessárias, tanto técnicas como de enxugamento de custos para não desaparecerem do mercado dito competitivo. O resultado deste processo foi à demissão em massa de trabalhadores e o desrespeito à legislação trabalhista. Era o crescimento da exclusão social.

De acordo com Romão, a precarização das condições de trabalhos dos petroleiros, tanto como a terceirização de partes dos serviços da PETROBRAS. Essas mudanças, tiveram reflexos na eficiência da produtividade operacional e na segurança das atividades laborais, provocando acidentes com equipamentos e com o meio ambiente. A PETROBRAS por ter conseguido criar tecnologias e capacitar seus operadores, com os enxugamentos e terceirizações perdia qualidade em seus serviços. Nos anos de 1990, mesmo conseguido avanços na melhoria da produtividade, a PETROBRAS passou a precisar de serviços de terceiros, inclusive de operadores internacionais.

Outra precarização do mercado de trabalho de acordo com Romão, foi à privatização das empresas petroquímicas. O presidente Fernando Collor privatizou quase todas as empresas do setor, que traziam divisas para o mercado nacional, quando refinava e derivava subprodutos do petróleo bruto. Empresas, que serviam de suporte para PETROBRAS tiravam o petróleo da condição de matéria bruta ou elemento primário, para um enriquecimento através da tecnologia, base do desenvolvimento dos países ricos. As privatizações através do enxugamento, para aumentar a produtividade precarizou o mercado de trabalho na redução dos quadros de trabalhadores e na terceirização de serviços.

Em 1991, a PETROBRAS em solo potiguar, descobriu uma jazida de óleo sob uma salina de Macau, aumentou-se a produção petrolífera em 1,9 mil barris diários.⁹⁷

⁹⁷ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XX1:500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2001. 530 p.

Em 1999, no segundo mandato do governo Garibaldi Alves Filho, a PETROBRAS resolveu aumentar os royalties que eram de 5% para 10%. Os pagamentos em royalties do petróleo potiguar foram de 65. 644. 849 milhões de reais, neste período. Onde, 42.724.329, foram destinados aos municípios do estado.⁹⁸ De certa forma, ainda dependente da intenção dos gestores público destes recursos, foi uma melhoria no fluxo público financeiro do estado potiguar.

Em 5 de outubro de 1999, a PETROBRAS inaugurou no Rio Grande do Norte a Planta de Óleo Diesel, ou seja, o estado potiguar começou a produzir óleo diesel.⁹⁹ Foi um investimento de 260 milhões de dólares em Guamaré. Neste mesmo ano, o estado potiguar produzia 3 milhões de metros cúbicos gás, passou a produzir 5 milhões de metros cúbicos.

A PETROBRAS foi um exemplo de empresa que se adaptou bem a liberalização internacional, criou novas tecnologias, terceirizou parte dos seus serviços e equipamentos, enxugou o quadro de funcionários e alcançou um elevado grau de competitividade. Contudo, ainda ficou devendo em relação ao aumento da geração de emprego e renda, pois segundo Rifikin, a sabedoria convencional tinha ditado que novas tecnologias fomentariam a produtividade, reduziriam custos de produção e aumentariam a oferta de produtos baratos, que por sua vez aumentariam o poder aquisitivo, expandiriam mercados, e geraria mais empregos. O que aconteceu foi o aumento do desemprego na área tecnológica, e declinou o poder aquisitivo do consumidor, pois a tecnologia reduziu custo na mão-de-obra, e as empresas com ajuda do governo federal precarizou os direitos do trabalho.

3.5. A empregabilidade no Rio Grande do Norte

A inserção do Brasil no mercado comercial liberalizante tem estado relacionada a uma absorção de um modo de produção flexível em substituição ao modelo fordista¹⁰⁰ taylorista,¹⁰¹ para o seu enquadramento ao mercado internacional. O mercado

⁹⁸ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XX1:500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2001. 530 p.

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o **fordismo** se caracteriza por ser um método de produção caracterizado pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>.

¹⁰¹ O **modelo de administração** designado **Taylorismo** foi desenvolvido por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro estadunidense, que embora tivesse sido ligado aos setores operacionais da empresa, é considerado o “pai da administração científica”. Foi ele quem elaborou os primeiros estudos essenciais. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Taylorismo>.

liberalizante passou a ser regido pela força do capital em locais propiciados pelo fator mercado. Os investimentos internacionais no Brasil têm estado ligados a Regiões de grande potencial econômico e ao mesmo tempo de baixo custo da mão-de-obra.

O Rio Grande do Norte, dentro de sua estratégia para inserção no mercado neoliberal, apresentou aparentemente, como fator para atrair investimentos, sua mão-de-obra barata. Ou seja, o baixo custo do trabalho potiguar.¹⁰² Na verdade, a dinâmica da economia global, perpassa pela reestruturação produtiva (aperfeiçoamento tecnológico), assessorias internacionais no sentido de formação social do trabalho (gerenciamento, terceirização e o custo-emprego).

Como a entrada do neoliberalismo no Brasil aconteceu em um panorama de negociação do pagamento da dívida externa, onde o ponto de partida foi à continuidade do processo de estabilização da moeda (Plano Real – 1994). Em suma, o Brasil tinha que ceder às diretrizes internacionais, para receber os esperados investimentos estrangeiros. O Rio Grande do Norte com uma área de 53.307 Km² representa 0,6 % da área brasileira e 3,4 % da área do Nordeste. Sua população é de 2.776.782 habitantes, correspondente a 1,64 % da população brasileira e 5,8 % da população do Nordeste. O PIB (1999) (Produto Interno Bruto) foi de 0,79 % do total nacional e 5,99 por cento do regional¹⁰³

As potencialidades econômicas do Rio Grande do Norte se transformaram a partir dos anos 90. O algodão, o gado e a scheelita, entraram em decadência. Contudo entraram novas tendências, tais como: a carcinicultura, a fruticultura irrigada, o petróleo e o turismo. É visto, porém que a economia potiguar, mesmo assim, não decolou, não conseguiu aumentar sua participação na economia brasileira, passando de 0,72 % a 0,79% do BIP nacional (Ferreira -2002). Nos anos 1990, mesmo na inserção do mercado liberalizante, o Rio Grande Norte não sobressaiu economicamente.

A dinâmica do direcionamento dos investimentos acontecia de acordo com as regras de mercado. No novo cenário, os investimentos eram aplicados conforme as potencialidades econômicas locais. De acordo com suas potencialidades, o estado do Rio Grande do Norte se enquadrou na lógica neoliberal, diante da política de incentivo fiscal, baixo nível de renda e salários.

¹⁰² FERREIRA, Angela L.; CAVALCANTI, Sandra L. B.. A Inserção da espúria do Rio Grande do Norte na Globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº. 119, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm>. Acesso em: 24 out. 2005..

¹⁰³ Disponível em: <http://www.ibge.com.br/>

O governo potiguar Garibaldi Alves Filho (1994 a 1998) em seu segundo mandato (1999 a 2002) governou paralelo ao governo Fernando Henrique Cardoso na esfera federal. Provavelmente as intenções projetuais norte-rio-grandense, nesse período, para novos investimentos tenha se irradiado através desses governos de características bem neoliberais.

Em 1999 acontecia a reforma e ampliação do Porto de Natal, dinamizando uma nova posição estratégica para o Rio Grande do Norte (Corredor de intercâmbio para o Hemisfério Norte). Houve um melhoramento no processo das exportações de produtos como o camarão e a fruta tropical. Outro projeto, em andamento, é a construção de um aeroporto na região metropolitana de Natal, usando o mesmo potencial de estratégia geográfica para fluxos de passageiros e mercadorias ligando ao hemisfério Norte. O projeto da construção de um novo aeroporto em Natal, segundo Ferreira, encontra-se em estudo pelo Ministério da Aeronáutica como a melhor alternativa nacional de porta de entrada e saída para o hemisfério Norte (geograficamente o Rio Grande do Norte é um dos pontos mais próximos da Península Ibérica).

Existe um grande potencial de minérios no estado do Rio Grande do Norte tais como: petróleo e gás natural; sal-marinho; calcário; sílica; diatomita; rochas ornamentais (mármore e granitos); scheelita; tantalita; feldspato, etc. Apesar da ocorrência, apenas uns poucos minérios são explorados.¹⁰⁴

Petróleo é um dos minérios notáveis do Rio Grande do Norte, o estado é o segundo maior produtor nacional, o primeiro em terra. Também é o terceiro produtor de gás natural. A PETROBRAS faz investimentos locais, e em parceria com o governo desenvolveu projetos culturais, construiu um grande teatro em Mossoró. O estado em contrapartida diminuiu parte do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadoria).

Ainda segundo Ferreira, o clima semi-árido tropical do Rio Grande do Norte, propiciou 3.500 horas/ano de sol, gera uma grande potencialidade para a fruticultura irrigada. Enquanto Califórnia – EUA produz de 1 a 1,5 safras/ano o Nordeste brasileiro produz 2,5 safras/ano. Principais frutas potiguares: melão, banana, castanha e caju (alta produtividade) e, em menor proporção, melancias, uvas, mamões (papias). As frutas já representa 29% das exportações do estado.¹⁰⁵

¹⁰⁴ FERREIRA, Angela L.;CAVALCANTI, Sandra L. B.. A Inserção da espúria do Rio Grande do Norte na Globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencia Sociales*. Nº. 119, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm>. Acesso em: 24 out. 2005.

¹⁰⁵ Ibid.

As incessantes belezas naturais, da costa norte-rio-grandense, é de uma formosura exótica aos olhos dos visitantes. Áreas de dunas, mangues, encantam quem vem ao estado. O turismo parece ser uma vocação local, criaram-se inúmeros serviços relacionados ao turismo potiguar. Entre 1990 e 1999 o PIB local cresceu 17,7 % referentes a serviços de alimentação, alojamento e alimentação.¹⁰⁶

Na década de 1990, houve uma preocupação política para desenvolvimento do Rio Grande do Norte. A renúncia do ICMS, como forma atrativa de investimentos no estado. Uma forma de segurar os investimentos que já estavam em solo potiguar e trazer outros investimentos que fomentasse a economia local. As empresas que já estavam aqui, foi alvo de parcerias e acordos entre governo e projetos sociais, é o caso da PETROBRAS.

No entendimento de Ferreira, o governo através de incentivos do PROADI, passou a ceder 60 % ou 75 % do imposto do ICMS recolhido, por um período de 10 anos (renováveis por mais 5, em caso de ampliação da capacidade instalada). Os juros incidentes são de 3 % ao ano. Quem mais se beneficiou com o PROADI foi a PETROBRAS. Ela iniciou a transformação de petróleo em derivados, gerando um novo ciclo produtivo dentro do espaço potiguar.

Várias novas empresas surgiram na década de 90 no Rio Grande do Norte, para se beneficiar de acordos com a flexibilidade do ICMS, como para beneficiar-se com os baixos salários pagos no estado. Ocorreu principalmente no setor têxtil.

Os salários médios pagos no Rio Grande do Norte foram retratados pelo grau de baixos rendimentos, a média salarial da população indigente é de R\$ 80,00 e a média geral na década de 90 é em torno de R\$ 415,65107. Logo, apesar, do estado ter como ponto atrativo para capital produtivo: a mão-de-obra barata. Em contrapartida, cria-se um baixo poder de consumo, pois a média de renda da maioria da população mal dar para repor suas calorias alimentares.

A tecnologia tem avançado principalmente em tempos neoliberais, também é uma maneira de baixar custos. As políticas econômicas de capacitação do trabalhador, não tiveram forças na melhoria dos rendimentos salariais, e sim como requisito na manutenção da empregabilidade do trabalhador potiguar. Portanto, falta de qualificação da mão-de-obra é um obstáculo para os investimentos promovidos por empresas que detêm alta tecnologia. Se a mão-de-obra norte-rio-grandense caracterizou-se por uma baixa qualificação e baixos salários,

¹⁰⁶ IBGE, 2001

¹⁰⁷ Boletim da Previdência Social – GFIP, p 24, 2002.

a vaga de emprego surgida através do novo dinamismo econômico não teve forças para aumentar vagas no mercado de trabalho norte-rio-grandense.

Apesar dos esforços tomados pelo governo estadual para um aumento da produtividade econômica, e, sobretudo, do mercado de trabalho, surgiram vários fatores que frearam a promoção de vagas no mercado de trabalho potiguar. Estes fatores seriam a baixas densidades demográficas comparado aos grandes centros urbanos do país, os baixos salários proporcionando baixo consumo, e como fator inverso, o aumento da população em idade de trabalhar.

Mesmo com todo desempenho do governo do estado, desenvolvendo novas potencialidades produtivas, o Rio Grande do Norte resvala no continuísmo de atividades tradicionais e com a mão-de-obra barata e desqualificada. Não conseguiram novas condições favoráveis para o crescimento do número de empregos destinados ao excedente da mão-de-obra. E tão pouco teve condições de gerar novos postos de trabalho em substituição a empregos perdidos pela saída de empresas do setor financeiro, transferidas para grandes centros econômicos, atendendo a Lei de mercado.

O mercado de trabalho do Rio Grande do Norte, de acordo com projeções anteriores, é um campo infértil para a geração de emprego e renda. Seja pela falta de desempenho do setor produtivo, seja pelos esforços governamentais, seja na abertura ao capital externo (internacional ou extra estado). Se historicamente existiu sempre uma desigualdade regional. A inserção norte-rio-grandense, a economia global veio reafirmar essa condição. Pois o capital neoliberal atende as necessidades de mercado, visam centros econômicos mais dinâmicos, não as necessidades sociais.

O estado do Rio Grande do Norte foi sempre um reduto sem grandes atrativos para o fluxo de capitais de investimentos. As áreas que receberam empresas transnacionais foram áreas da fruticultura irrigada, que trabalharam com pequenos produtores. A relação de trabalho era contratual, com muitas exigências e poucos lucros para os produtores envolvidos, que geralmente trabalham no limite entre custo de produção e lucratividade.

Não se pode considerar, que o Rio Grande do Norte, é impotente economicamente. Em páginas anteriores, é notável, que houve um grande desempenho das suas novas potencialidades. Contudo, as estatísticas mostram que não houve progresso no aumento de números de vagas no mercado de trabalho.

Um dos grandes obstáculos, para o desenvolvimento do mercado de trabalho é a tradicional concentração das riquezas nas mãos de uma minoria.

Enquanto 10 % da população brasileira monopolizam e se apropriam de 50% da riqueza nacional, 50 % da população sobrevivem de 10 % do PIB nacional.

É salutar entender que, enquanto trabalhadores tem que flexibilizar para baixo seus ganhos salariais, uma minoria esbanja luxo e poder. A problemática gira em torno da grande concentração das riquezas existente no Brasil nas mãos de uma minoria. Isso tende a se aprofundar, devido ao grande processo neoliberal da financeirização econômica. A riqueza mensurada em capital financeiro, e aplicada, no mercado financeiro, produz rentabilidade sem que esses valores participem diretamente no mercado produtivo-empregatício.

As riquezas em geral, entram na era da financeirização do capital. O capital produtivo se converte em capital financeiro volátil. O capital financeiro, através de especulações, gera dividendo. As taxas de juros (instrumento que atrai o capital) medem e controlam os preços, regula o consumo e a inflação através dos mecanismos que impõe o índice dos juros, isso provocou recessão e uma crise no consumo.

Um dos problemas foi o aparecimento do capital financeiro sendo aplicado nos grandes investimentos especulativos¹⁰⁸. Como as riquezas estão se financeirizando amplamente, provocou-se um desvio de recursos que eram destinados ao setor produtivo industrial para o setor de investimento no mercado financeiro fictício¹⁰⁹. Situação que refletiu no lado social da geração de emprego e renda que ficou em baixa. O capital financeiro especulativo tem se mostrado estéril ao crescimento do mercado de trabalho, apesar de que, de certa forma, com os investimentos financeiros em alta tecnologia aumentou-se a produtividade mundial, mas não se aumentou o mercado de trabalho.

¹⁰⁸ Aplicação de dinheiro (em títulos, ações, imóveis, etc.), com o propósito de obter ganho. (FERREIRA, 1999)

¹⁰⁹ Materializado na variedade das moedas, mas principalmente na gama de papéis e títulos,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A era da liberalização econômica começou no Brasil nos anos de 1990, iniciada com o governo Collor (1990 -1992) através do "caça aos marajás" como forma de justificação a perseguição aos direitos do trabalhador. Em seguida o presidente Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao processo oficializando o Mercosul (Bloco econômico da América do Sul) e implantando o Plano Real quando ministro da fazenda do governo Itamar. As medidas do ministro FHC tiveram como principal objetivo aumentar a liquidez nacional diante dos endividamentos externos através do controle da inflação e acelerar o processo das privatizações estatais, como forma de atrair os investimentos de capitais estrangeiros.

No contexto do mercado global, começou-se a desregulamentação dos direitos do trabalho e dos poderes sindicais, como ânsia de tornar o mercado mais competitivo a níveis internacionais, ou seja, a retórica neoliberal de baixar custos para crescer economicamente no mercado competitivo.

O Rio Grande do Norte se inseriu nesse processo de competição de mercado, inovando no setor produtivo decorrido na década de 1990. Descobriram-se novas potencialidades para: a carcinicultura, o turismo, a fruticultura irrigada e os melhores desempenhos da tradicional PETROBRAS.

De acordo com as regras neoliberais, os investimentos visaram potencialidades econômicas, como também centros consumistas e baixos custos de matéria-prima e mão-de-obra. Preliminarmente o ponto mais forte, de acordo com essas exigências, no mercado potiguar foi à mão-de-obra barata e desqualificada, a sua geografia estratégica de fácil acesso internacional e a política de incentivo fiscal.

No contexto liberalizante dos anos 1990, o mercado potiguar desenvolveu várias e novas potencialidades econômicas. O turismo no litoral foi alavancado a partir da construção do complexo viário, da Via Costeira. Contudo, em termos de geração de trabalho, se mostrou até o momento, muito limitado, desenvolvendo algumas atividades hoteleiras, e serviços, que promovem empregos sazonais, terceirizados e informais, provavelmente uma maioria de baixa renda.

Uma segunda potencialidade foi à fruticultura na região Açu/Mossoró, na verdade essa atividade tornou-se um verdadeiro monopólio das grandes empresas, principalmente no caso da produção de bananas. Empresas como a Nolen, Del Monte, Mossoró Agroindustrial S.A.

(MAISA), Frutas do Nordeste Ltda. (FRUNORTE) se apropriou da produção de frutas potiguar. A relação de trabalho ocorreu por meio de contratos de produção. Pequenos produtores, através de contratos se limitaram a produzir de acordo com as exigências dessas empresas, que operacionavam em torno da promoção de baixos custos e qualidade do produto. Os pequenos produtores trabalharam entre o limite de baixo custo de produção-trabalho e o alto nível de produtividade e qualificação profissional, precarizando assim seus ganhos. Outro fator de exclusão do emprego, foi o investimento tecnológico implementado por essas empresas, onde a tecnologia reduzia as vagas de emprego.

Uma terceira potencialidade potiguar foi a carcinicultura. Ela ampliou os superávits da balança comercial, captou divisas essenciais e fortaleceu a posição financeira do Brasil no meio externo, produziu novas tecnologias e alta produtividade. Mesmo assim, seu reflexo no mercado de trabalho tem sido acanhado, o mercado foi monopolizado por grupos e empresas exportadoras. A atividade atingiu altos rendimentos para os empresários do setor, porém gerou o subemprego para a população local, atendendo ao preceito neoliberal dos baixos custos da mão-de-obra.

A PETROBRAS, uma das quarta) potencialidades da economia potiguar, avançou muito em eficiência nos anos 90, nova dinâmica em busca de altos índices de produtividade e qualidade tecnológica. A indústria de petróleo gerou novas tecnologias na exploração de combustível fóssil, principalmente em alto mar. Para isso precarizou os salários e a estabilidade dos petroleiros e fez uso da flexibilização do direito do trabalho. Espaços antes preenchidos por funcionários da PETROBRAS, foram entregues a empresas terceirizadas, na política de baixos custos.

A posição estratégica do Rio Grande do Norte (corredor de ligação ao hemisfério Norte) foi um ponto de relevância do governo local para abrir as portas à liberalização do comércio e dos fluxos de investimentos do mercado internacional, porém todos os esforços foram inexpressíveis. O grande problema nesta área, sempre foi à falta de um grande fluxo cosmopolita de passageiros em intercâmbio com o estado potiguar, esse fato tornou-se uma prática tradicional. Para sair de Natal rumo à Nova York, sempre foi necessário que os vãos fizessem uma escala em São Paulo (geograficamente bem mais distante dos EUA), para complementar a lotação da aeronave.

Outro fator trabalhado pelo governo norte-rio-grandense foi à política de incentivo fiscal, que ajudou o estado a não perder algumas indústrias locais, e trouxe algumas novas empresas. Contudo com uma grande limitação, já que o estado nunca teve um grande mercado consumidor. A fragilidade regional da economia do Rio Grande do Norte ficou mais evidente

com os novos esforços empreendidos pelo governo local, pois o novo ciclo de desenvolvimento neoliberal não conseguiu diminuir o desemprego.

A economia potiguar desapareceu em relação à economia total do Brasil, baixo índice de consumidores com 2.776.782 habitantes (1,64% da população nacional), que representou 0,79% do PIB nacional. Seu desempenho produtivo através dos novos setores que surgiram na economia potiguar, na década de 1990, indicou um acréscimo no PIB, que passou de 0,72% para 0,79% do PIB nacional, foi um acréscimo de 0.07 pontos percentual. Um aumento insignificante, para uma crescente população em idade ativa, que teve um crescimento acumulado em sete anos, entre 1992 e 1999, de 10,2%.¹¹⁰

Conforme Ferreira, se o maior fator de atrativo para a economia norte-rio-grandense foi à reduzida qualificação da mão-de-obra e os baixos salários, estatisticamente, as vagas criadas não têm sido suficientes para atender a população em idade de trabalhar. No ano 1990, a média salarial de um trabalhador era de R\$ 415, 65, no final dos anos 90 essa média passou ser de R\$ 432,22. Já a população abaixo da linha da pobreza ganhava em média R\$ 80,00/mês. O avanço econômico potiguar sob parâmetros do mercado livre na década de 1990, não melhorou a qualidade de vida do trabalhador norte-rio-grandense.

Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Ferreira entendeu que o Rio Grande do Norte é:

(...) o estado [que] ocupa a 19ª posição dentre as 27 unidades da federação (índice de 0,668 em 1996), um baixo desenvolvimento humano para os padrões estabelecidos pela ONU, embora esteja em vantagem relativamente aos seus oito estados co-irmãos da Região Nordeste (...).¹¹¹

Na verdade, as práticas neoliberais criaram uma exclusão social no mercado de trabalho potiguar, na década de 1990. Os investidores internos e externos venceram a competitividade, baixaram custos e elevaram os lucros. Já o trabalhador potiguar teve que se contentar com sua tradicional precária condição de vida relativa aos parcos ganhos salariais.

Para Ferreira, o Rio Grande do Norte sempre teve uma ínfima capacidade para atrair as intenções de investimentos. Essa situação confirma a sua condição exclusão do estado no

¹¹⁰ IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>

¹¹¹ FERREIRA, Angela L.;CAVALCANTI, Sandra L. B.. A Inserção da espúria do Rio Grande do Norte na Globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. *Revista Electrónica de Geografía y Cinencia Sociales*. Nº. 119, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm>. Acesso em: 24 out. 2005.

cenário global que vem se redesenhando no Brasil. Em algumas regiões brasileiras o fator de atração é a mão-de-obra barata. As aptidões para atrair investimentos no estado potiguar, são muito restritas, seja em relação ao seu pequeno mercado, seja pela desqualificação do pequeno capital humano em idade ativa. A política do governo federal, visando somente políticas que favoreçam as exigências do mercado global, mostrou-se longe de solucionar as desigualdades regionais.

No Rio Grande do Norte, os incentivos aos projetos locais em torno do mercado global, não foram capazes de renovar o perfil da economia. As velhas atividades se reestruturaram e geraram novos postos de trabalho. Porém ao mesmo tempo, os serviços de utilidade pública diminuíram de tamanho e os novos postos laboriais não supriram essas perdas.¹¹²

A liberalização comercial ao mercado externo fez com o governo local tomassem novas medidas que propiciaram a construção de uma nova infra-estrutura para atender a competitividade do mercado global. Para isso, baixaram custos na produção potencializando atividades econômicas locais, flexibilizaram as relações de trabalho e abriram as portas para os investidores externos. Porém o mercado de trabalho vem sofrendo um retrocesso em termos de direito legais do trabalho, os trabalhadores passaram a ser o vilão no desenvolvimento econômico.

Para Andrioli, as nossas políticas têm se processado no sentido de beneficiar a tradicional concentração das riquezas do Brasil nas mãos de minoria da população, esse processo foi acentuado pela financeirização da economia e pelas práticas neoliberais. Esse fato foi comprovado estatisticamente, onde 10 % da população brasileira monopoliza e se apropria de 50% da riqueza nacional, e 50 % da população sobrevivem de 10 % do PIB nacional.¹¹³ A prática do mercado livre e global veio acelerar esse processo diante de sua dinâmica de flexibilidade do direito do trabalhador e da competitividade no mercado internacional. A excludente falta de absorção da mão-de-obra na década de 1990 contou com a diminuição da população economicamente ativa em detrimento da concentração das riquezas nas mãos dos investidores.

Mesmo com todo custo da mão-de-obra refletido pelos direito trabalhistas no Brasil os salários sempre foram bastante reduzidos, menor que o dos países que investem no Brasil. A

¹¹² FERREIRA, Angela L.;CAVALCANTI, Sandra L. B.. A Inserção da espúria do Rio Grande do Norte na Globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencia Sociales*. Nº. 119, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm>. Acesso em: 24 out. 2005.

¹¹³ IBGE. Disponível em:

MP 1.415/96 fixou normas para o cálculo do salário-mínimo, sem considerar os indicadores relacionados aos custos da reprodução da força de trabalho (moradia, alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer, higiene, transporte e previdência), previstos na CF/88 (inciso IV, do Artigo 7º).

O crescimento da população brasileira em idade ativa, no período entre os anos de 1990 e 1999, foi de 14,4%, enquanto no mesmo período no Rio Grande do Norte ela aumentou 10,2%. Se na década de 1990, o desemprego cresceu no Brasil, no estado potiguar ele foi muito mais alarmante.¹¹⁴

De acordo com Rifkin, a lógica do neoliberalismo e a sabedoria econômica convencional têm ditado que novas tecnologias fomentariam a produtividade, reduziriam custos de produção e aumentariam a oferta de produtos baratos, que por sua vez aumentariam o poder aquisitivo, e expandiriam mercados e gerariam mais empregos. Contudo, esta lógica refletiu níveis sem precedentes de desemprego na área tecnológica, acentuando o declínio do poder aquisitivo do consumidor.

O senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹⁵ comprovou o crescimento econômico do Rio Grande do Norte em atividades comerciais e prestação de serviços, entre 1998 e 1999. Neste período, surgiu um total de 3.740 empresas de serviços no estado, empregando 37.191 pessoas e gerando uma receita bruta de R\$ 973,9/ trabalhador.

Se na década de 1990, o empenho econômico de caráter liberalizante precarizou os salários e diminuiu a população economicamente ativa do estado do Rio Grande do Norte, de maneira oposta houve um grande desempenho da economia potiguar. Em 1970 o PIB norte-rio-grandense era de 1,023 milhões de dólares, em 1996, chegou a 7.848,40 bilhões de dólares, e em 1998, atingiu o patamar de 9.300 bilhões de reais. Em 1999 a renda per capita do estado era de 3.000 reais.¹¹⁶

Confrontando os dados sociais com os dados econômicos da década de 1990, percebe-se que a lógica neoliberal acertou somente no que pregou a respeito do aumento da produtividade potiguar e pecou quanto ao aumento do mercado de trabalho. Na verdade, acentuou-se a tradicional concentração das riquezas em torno de uma pequena parcela da população (10%) a chamada elite produtiva.

¹¹⁴ FERREIRA, Angela L.; CAVALCANTI, Sandra L. B.. A Inserção da espúria do Rio Grande do Norte na Globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencia Sociales*. Nº. 119, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm>. Acesso em: 24 out. 2005.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/dissemin.htm>

¹¹⁶ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XX1):500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2001. 530 p.

Na verdade, a grande dificuldade governamental foi pôr em prática um equilíbrio entre a política econômica e a política social, os governos norte-rio-grandese de caráter neoliberal favoreceram as classes que detiveram o domínio investimentos econômicos, fugindo da função política de gerir o bem estar social, porém, aparentemente eles defenderam os interesses da classe economicamente dominante.

Neste contexto, o mercado potiguar aumentou sua produtividade e aqueceu as suas exportações, ficou bem claro o avanço econômico do período, porém, o que se questionou foi o pequeno e precário avanço social diante da redução de custos e dos preços em prol da competitividade e controle flexível dos direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura: um estudo de caso no Vale do Açu-RN**. 2004. Monografia (Mestrado em Economia) Curso de Ciências Econômicas da UFRN, Natal, 2004.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, n°. 13, jun./2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>. Acesso em 6 fev. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997. 155 p.

BARROS, Ricardo Paes et al. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. **IPEA**, Rio de Janeiro, no. 499, jul. 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0499.pdf>.

BOITO JUNIOR, Armando. **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BONETI, Lindomar Wessler. **O sistema das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. Ed. UNIJUÍ, 1998.

CACCIAMALI, M.C. & LACERDA, apud. LAVINAS, L. & CARLEIAL, L.M.F. & NABUCO, M.R. (Orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CAMARGO, José Márcio. Negociações coletivas, distribuição e emprego. **IUPERJ**, Rio de Janeiro, no. 01, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100001

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td-814.pdf. Acesso em 9 abr. 2006.

CARLINE JUNIOR, Reginaldo José; FILHO, Waldeck Lisboa; A carcicultura na Região Nordeste: uma promissora alternativa de diversificação econômica. Cadernos da FACECA. Campinas, jan./jun. 2004. Disponível em: http://www.puccampinas.edu.br/centros/cea/sites/revista/conteudo/pdf/vol13_n1_a_carnicicultura.pdf. Acesso em 6 de abril de 2006.

CORAZZA, Gentil. A inserção do Brasil na globalização financeira – uma análise introdutória da década de 1990. Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4corra.htm>. Acesso 25 mar. 2006.

DEDECCA, C. S. apud. THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical diante da reestruturação produtiva do capital. **Revista eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Nº. 69, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm>. Acesso em 14 fev. 2006.

2 FERREIRA, Angela L.; CAVALCANTI, Sandra L. B.. A Inserção ~~de~~ espúria do Rio Grande do Norte na Globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. **Revista Electrónica de Geografia y Cinencia Sociales**. Nº. 119, ago./2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm>. Acesso em: 24 out. 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio. O dicionário da língua portuguesa. Século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

11 FILHO, Fernando Ferrari. Legado do plano real: uma estabilização sem crescimento econômico? UFRS. RS. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_antiores/pdf_edicao35/artigo01.pdf. Acesso em 12 de Abril de 2006.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes de. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: Ed. UFRN, 2005.

John... ?
 JUNIOR, José Celso Cardoso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. Ministério do Planejamento e Gestão, Brasília, agosto de 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td-814.pdf. Acesso em 9 abril 2006.

JURUÁ, Ceci Vieira. Acumulação patrimonial e financeira: uma resenha livre do texto de François Chesnais sobre "O capital o portador dos juros". IPP – UERJ OUTRO BRASIL, 17 de outubro de 2005.

KREIN, José Dário; OLIVEIRA, Marco Antônio de. Mudanças Institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995 – 1998. UNICAMP – Instituto de economia - VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999 São Paulo. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST9B.doc>

KRUEGER, apud. Moreira, Maurício Mesquita; NAJBER, Sheila: O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997, no. 05 setembro/ 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br.pdf>. acesso em: 08 de abril 2006.

LIBERDADE sindical e defesa dos direitos sociais: a luta do ANDES-SN no contexto da reforma trabalhista e sindical do governo Lula. ANDES-SN, n.º. 21. Disponível em: <http://www.andes.org.br/ceres/ANDES/Congressos%20CONAD/TEXTOS%2021%2047CONAD.doc>. Acesso em 17 de abril de 2006

Moreira, Maurício Mesquita; NAJBER, Sheila: O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997, no. 05 setembro/ 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br.pdf>. acesso em: 08 de abril 2006.

OLIVEIRA, Figueiredo de: **A liberalização do comércio internacional e seus reflexos na política Comercial brasileira**. 2004. 72 p. Monografia (Especialização em Comércio Exterior) Curso de Comércio Exterior da FGV, 2004.

PASTORE, A.C., PINOTTI, M.C. Apud.: RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme de Almeida. Emprego no Brasil nos anos 90. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, Rio de Janeiro, n.º. 468, mar.1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0468.pdf>. Acesso 23 jan. 2006.

RIFIKIN, Jeremy. O fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho. São Paulo. MAKRO. 1996. 348 p

ROMÃO, Frederico Lisboa. A globalização e seus reflexos sobre os trabalhadores "estáveis": petroleiros da Fafen/Petrobrás. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS. Julho/dezembro 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a09n6.pdf>. Acesso em 6 de março 2006. p. 200 -220.

SANTOS, Paulo Pereira dos. Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI). 2 ed. Natal: Departamento de Imprensa do estado, 2001. 530 p

SOUZA, Juarez de. Críticas à construção de um Estado neoliberal no Brasil (1987 – 222 15 anos de profundas mudanças). **Congresso del CLAD sobre a la reforma del Estado e de la administración pública**, Panamá, nº 8, Out. 2003. p. 28 – 31. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047110.pdf>

João de
ordem
GOMES, R. de C. da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa; SILVA, Valdomiro Pedro da. Estado, turismo e mercado de trabalho. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, 1 ago. 2002, nº especial. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119129.htm>. Acesso 25 jan. 2006.

SILVA, José Nunes da et al: Terceirização da produção de frutos tropicais nos pólos irrigados: uma alternativa pra pequena produção? **EMBRAPA**, 23 abr. 2000. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/silvajn/PAPER0622.PDF>. Acesso em 4 abr. 2001